TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Prova Escrita Objetiva

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV

SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo 120 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

Uma folha de respostas das questões objetivas

TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirarse da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

GRAN CURSOS ONLINE

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
    marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
    Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
    marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.
Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

LÍNGUA PORTUGUESA
FIDELIS ALMEIDA

A durabilidade do mundo

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo — o homo faber que "faz" e literalmente "trabalha sobre" os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e "se mistura com" eles — fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade, do "valor" de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. Devidamente usadas, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à criatura mortal e instável que é o homem.

A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta. O processo vital que permeia todo o nosso ser também o atinge; e se não usarmos as coisas do mundo elas também perecerão mais cedo ou mais tarde, e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas. Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha, e a lenha perecerá e retornará ao solo de onde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual se trabalhou e com o qual se construiu.

Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo, sinal de que são produtos de um fabricante mortal, não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano, no qual todas as coisas podem ser constantemente substituídas com o ir e vir de gerações que habitam o mundo construído pelo homem. Além disto, embora o uso provavelmente desgaste os objetos, o desgaste não é o destino destes últimos, no mesmo sentido em que a destruição é o fim intrínseco de todas as coisas destinadas ao consumo. O que o uso desgasta é a durabilidade.

É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam, a "objetividade" que as faz resistir, "obstar" e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que — contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio — os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa. Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico, em harmonia com o movimento cíclico maior do reino da natureza. Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele, podemos ver a natureza como algo "objetivo". Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade.

ARENDT, Hannah. A durabilidade do mundo. In: A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000. Texto adaptado.

1

Baseando-se nos sentidos construídos ao longo do texto, não é possível concluir:

(A) A autora concorda com as teses filosóficasde Locke e Adam Smith, porém rejeita a de Marx.
(B) Os elementos do mundo natural modificados pelo homem tendem necessariamente a voltar ao seu estado original.
(C) Ao modificar os materiais, o homem se opõe à natureza.
(D) A finitude dos materiais modificados pelo homem é índice de que a própria condição humana é finita.
(E) Embora seja subjetiva a natureza do homem, ele é capaz de construir um mundo objetivo.

2

Assinale o trecho em que o verbo "poder" apresenta traço semântico distinto dos demais trechos em que foi empregado.

(A) "Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo..." (l.29-30)
(B) "...todas as coisas podem ser constantemente substituídas com o ir e vir de gerações..." (l.33-34)
(C) "...o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.49-50)
(D) "...os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade..." (l.50-52)
(E) "...podemos ver a natureza como algo 'objetivo'." (l.64-65)

3

"Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67)

Sem alteração do sentido original e preservando-se a correção gramatical, a forma verbal haveria é adequadamente substituída por

(A) poderia haver.
(B) poderiam existir.
(C) teria.
(D) deveria haver.
(E) existiria.

4

Assinale a opção em que o fragmento destacado não indica, no texto, ideia de oposição.

(A) "Em sua maioria, **mas não exclusivamente**, essas coisas são objetos destinados ao uso..." (l.6-8)
(B) "...o uso que dele fazemos, **embora não o consuma**, o desgasta." (l.18-19)
(C) "...**não é tão certo** que seja o destino final do próprio artifício humano..." (l.31-32)
(D) "...sua objetividade reside no fato de que — **contrariando Heráclito**, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.48-50)
(E) "...os homens, **a despeito de sua contínua mutação**, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam..." (l.50-53)

5

Assinale o excerto em que a autora não manifesta um pensamento propriamente seu.

(A) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta." (l.17-19)
(B) "Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha..." (l.23-25)
(C) "...não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano, no qual todas as coisas podem ser constantemente substituídas..." (l.31-34)
(D) "É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam..." (l.41-43)
(E) "...os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam..." (l.50-53)

6

Assinale a alternativa em que se faz uma correta análise da função da linguagem predominante no texto.

(A) Predomina no texto a função emotiva da linguagem, em virtude de a autora expressar concepções suas a respeito do mundo e dos homens.
(B) Predomina no texto a função conativa da linguagem, em razão de a autora organizar seu discurso de maneira a influenciar o leitor, levando-o a aceitar a coerência de sua análise.
(C) Predomina no texto a função metalinguística da linguagem, pelo fato de a autora explicar conceitos filosóficos empregando sua própria filosofia.
(D) Predomina no texto a função poética da linguagem, uma vez que a autora apresenta muitas figuras de linguagem ao longo do texto.
(E) Predomina no texto a função referencial da linguagem, visto que a autora organiza o texto priorizando o sentido denotativo das palavras, a referência semântica que elas designam na realidade material.

7

Assinale o excerto em que se verifica o emprego de linguagem figurada.

(A) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta." (l.17-19)
(B) "Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha..." (l.23-25)
(C) "O que o uso desgasta é a durabilidade." (l.39-40)
(D) "...que as faz resistir, "obstar" e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários..." (l.42-45)
(E) "Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67)

8

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho original preserva a correção gramatical.

(A) "Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade..." (l.6-9) – E*m sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade a qual Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade.*

(B) "...e a lenha perecerá e retornará ao solo de onde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual se trabalhou e com o qual se construiu." (l.25-28) – *e a lenha perecerá e retornará ao solo daonde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual trabalhou-se e com o qual construiu-se.*

(C) "...sua objetividade reside no fato de que — contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.48-50) – sua objetividade reside no fato de que — *contrariando Heráclito, que disse jamais o mesmo homem poder cruzar o mesmo rio.*

(D) "Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele..." (l.60-64) – *Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que é-nos próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural a fim de que protejamo-nos contra ele.*

(E) "Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67) – *Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, teria eterno movimento, mas não objetividade.*

9

Assinale a alternativa em que o valor semântico do fragmento destacado é corretamente indicado.

(A) "...dotados da durabilidade de que Locke necessitava **para o estabelecimento da propriedade**..." (l.8-9) – destino

(B) "**Devidamente usadas**, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez..." (l.12-14) – comparação

(C) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, **embora não o consuma**, o desgasta." (l.17-19) – oposição

(D) "Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo, **sinal de que são produtos de um fabricante mortal**, não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano..." (l.29-32) – restrição

(E) "...podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, **como a mesma cadeira e a mesma mesa**." (l.51-54) – conformidade

10

Assinale a alternativa na qual a preposição é exigida por um vocábulo que a antecede no fragmento.

(A) "O trabalho de nossas mãos" (l.1)

(B) "durabilidade de que Locke necessitava" (l.8-9)

(C) "estabelecimento da propriedade" (l.9)

(D) "foi cortada para transformar-se" (l.26-27)

(E) "sua identidade no contato" (l.52)

LÍNGUA INGLESA
ALEXANDRE HARTMANN

The Omicron wave of the coronavirus appears to be cresting in much of the country. But its economic disruptions have made a post-pandemic normal ever more elusive.

Forecasters have slashed their estimates for economic growth in the first three months of 2022. Some expect January to show the first monthly decline in employment in more than a year. And retail sales and manufacturing production fell in December, suggesting that the impact began well before cases hit their peak.

"Those are Omicron's fingerprints," said Constance L. Hunter, chief economist for the accounting firm KPMG. "It will slow growth in the beginning of the first quarter."

On Monday, global markets fell sharply, continuing a spate of recent declines; the S&P 500 was down more than 10 percent from its early-year high, the standard definition of a correction. Market analysts said the declines reflected fears that the Federal

Reserve might need to respond more aggressively than expected to rapidly rising prices — a prospect that some economists say has been made more likely by Omicron.

Recovery prospects in the longer run are uncertain. Some economists say even temporary job losses could force consumers to pull back their spending, especially now that federal programs that helped families early in the pandemic have largely ended. Others worry that Omicron could compound supply-chain backlogs both in the United States and overseas, prolonging the recent bout of high inflation and putting pressure on the Fed to act.

But some see Omicron as the equivalent of a severe winter storm, causing disruptions and delays but ultimately doing little permanent economic damage. The recovery has proved resilient so far, they argue, and has enough underlying momentum to carry it through.

"There are so many potential ways that this could go," said Tara Sinclair, an economist at George Washington University. "We didn't even agree on where we were going without Omicron, and then you throw Omicron on top."

Omicron is aggravating labor shortages.

More than 8.7 million Americans weren't working in late December and early January because they had Covid-19 or were caring for someone who did, according to the latest estimate from the Census Bureau's experimental Household Pulse Survey. Another 5.3 million were taking care of children who were home from school or day care. The cumulative impact is larger than at any other point in the pandemic.

Covid-related absences are creating headaches for businesses that were struggling to hire workers even before Omicron. Restaurants and retail stores have cut back hours. Broadway shows called off performances. Airlines canceled thousands of flights over the holidays because so many crew members called in sick; on one day last month, nearly a third of United Airlines workers at Newark Liberty International Airport, a major hub, called in sick.

At Designer Paws Salon, a pet grooming company with two locations in the Columbus, Ohio, area, business has been strong in recent months, thanks in part to a pandemic boom in pet ownership. But Misty Gieczys, the company's founder and chief executive, has been struggling to fill 11 positions despite generous benefits and pay that can reach $95,000 a year in commissions and tips.

Omicron has only made things worse, she said. Since Christmas, she has received only three job applications, and just one applicant got back to her after she reached out. Then Ms. Gieczys, who has two young daughters, got Covid-19 herself for the second time, forcing her to stay home. That, on top of day care shutdowns because of the virus, has meant she has spent a significant amount of time away from work. "If I wasn't the owner, I think I would be fired, honestly," she said.

But while the Omicron wave has contributed to businesses' staffing woes, there is little sign so far that it has set back the job market recovery more generally. New filings for unemployment insurance have risen only modestly in recent weeks, suggesting that employers are holding on to their workers. Job postings on the career site Indeed have edged down only slightly from record highs.

"It's a vast difference from 2020, where there were mass layoffs," said Jason Furman, a Harvard economist who was an adviser to President Barack Obama. "Now employers are holding onto people because they expect to be in business in a month."

Source: https://www.nytimes.com/2022/01/24/business/economy/omicron-economy.html

11

The pronoun "Others" in "Others worry that…" refers to
(A) prospects.
(B) economists.
(C) losses.
(D) consumers.
(E) federal programs.

12

Based on the information provided in the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

( ) Forecasters have cut their estimates for economic growth in the first quarter of 2022.
( ) Market analysts believe the Federal Reserve will respond more aggressively than expected to soaring prices.
( ) Some economists say even temporary job losses could keep consumers from spending.

The statements are, respectively:
(A) T, T, T.
(B) F, T, T.
(C) F, T, F.
(D) F, F, T.
(E) T, F, F.

13

The text states, “on one day last month, nearly a third of United Airlines workers at Newark Liberty International Airport, a major hub, called in sick.” The fragment “nearly a third” could be correctly replaced, without any change in meaning, with

(A) about 33%.
(B) over 33%.
(C) precisely 33%.
(D) fewer than 33%.
(E) half of a third.

14

The text states, “But Misty Gieczys, the company’s founder and chief executive, has been struggling to fill 11 positions.” In other words, the founder and chief executive of Designer Paws Salon has been

(A) rejecting the idea.
(B) refusing.
(C) opposing.
(D) striving.
(E) disapproving the idea.

MATEMÁTICA FINANCEIRA
MARCELO LEITE

15

Um projeto consiste em um investimento de R$ 90.000 e retorno, após 1 ano, de R$ 118.800,00. Com base nessa afirmação, é correto afirmar que a Taxa Interna de Retorno (TIR) desse projeto é igual a:

(A) 30%.
(B) 32%.
(C) 34%.
(D) 36%.
(E) 38%.

16

Uma televisão custa R$ 1.750 à vista, porém ela pode ser paga, a prazo, em duas parcelas antecipadas mensais e consecutivas de R$ 1.000,00. Com base nessas informações, é correto concluir que a taxa efetiva ao mês cobrada nesse financiamento apresenta mais próximo de:

(A) 29%.
(B) 30%.
(C) 31%.
(D) 32%.
(E) 33%.

17

Marcia procurou uma instituição financeira para realizar um empréstimo de R$ 200.000,00, que será amortizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a juros de 36% ao ano capitalizados mensalmente, quitando em 50 prestações mensais. Após pagar a 20ª prestação, Marcia volta à instituição e resolve financiar o saldo devedor do 1º empréstimo em 30 parcelas mensais, porém utilizando o Sistema Francês. Considerando que, nesse último financiamento, foi utilizada taxa de 2% ao mês, então o valor da última prestação será igual a:

Utilize a aproximação $1{,}02^{30} = 2$

(A) R$ 4.800,00.
(B) R$ 4.000,00.
(C) R$ 80.000,00.
(D) R$ 5.200,00.
(E) R$ 3.900,00.

18

Considere que Lúcio procurou uma instituição financeira para realizar um empréstimo de R$ 7.200. Após 2 anos de capitalização composta, sem que houvesse qualquer aporte ou retirada, o montante dessa aplicação era de R$ 12.168,00. Caso a taxa anual contratada permaneça constante ao longo do período citado, então essa taxa corresponde a:

(A) 27,2%.
(B) 28,6%.
(C) 30%.
(D) 69%.
(E) 43,2%.

19

No regime de juros compostos, a taxa nominal de 42% ao ano capitalizados semestralmente é equivalente a taxa trimestral igual a:

(A) 21%.
(B) 10,5%.
(C) 12%.
(D) 10%.
(E) 5%.

CONTROLE EXTERNO
ELLEN VERRI

20

Legitimidade é uma característica atribuída a tudo aquilo que cumpre o que é imposto pelas normas legais e é considerado um bem para a sociedade, ou seja, tudo que é legítimo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, qualquer _____, _____, _____ ou _____ é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

(A) cidadão, gestor, associação ou sindicato.
(B) pessoa jurídica, partido político, associação ou sindicato.
(C) pessoa física, partido político, associação ou sindicato.
(D) cidadão, partido político, associação ou sindicato. (e) representante, partido político, associação ou sindicato.

21

O Controle Externo pode ser conceituado como o tipo de controle realizado pelo órgão fiscalizador que se situa em Administração diversa daquela de onde a conduta administrativa se originou. Acerca do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que o exame:

(A) da legitimidade dos atos administrativos deve ficar adstrito à aferição da compatibilidade destes atos com as leis emanadas pelo Poder Legislativo.
(B) da legalidade permite a investigação da escolha arbitrária de avaliação da conveniência e oportunidade da realização da despesa pública.
(C) da economicidade compreende a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.
(D) da moralidade e da impessoalidade dos atos administrativos é exclusivo do controle externo exercido pelo Poder Legislativo e do controle interno exercido pelo Sistema de Controle Interno de cada poder.
(E) da aplicação de subvenções alcança os recursos repassados a outros entes federativos por meio de convênios, mas não os transferidos a particulares.

22

A doutrina enumera tipos diversos de controle da Administração Pública, conforme sua origem; o momento de realização; seu aspecto controlado; e sua amplitude. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica a classificação utilizada como fundamento ou amplitude do controle.

(A) Controle interno, controle externo e controle social.
(B) Controle finalístico e controle hierárquico.
(C) Controle de legalidade (ou de legitimidade) e controle de mérito.
(D) Controle prévio (ou *a priori*), controle concomitante (*pari passu*) e controle subsequente (ou *a posteriori*).
(E) Controle de legitimidade e controle posterior (ou corretivo).

23

Após a apreciação das contas do prefeito da cidade de Miracema-TO, o Tribunal de Contas do Estado emitiu um parecer negativo pela rejeição das contas, devido às suspeitas de irregularidades na gestão do referido prefeito. Na situação apresentada, pode-se afirmar que o referido parecer é:

(A) quase-vinculante.
(B) totalmente vinculante.
(C) não deve ser observado.
(D) julgador das contas do prefeito.
(E) judicial.

24

Ao receber representação sobre ilegalidades por parte de uma licitante que concorria à concessão de transporte coletivo, o Tribunal de Contas da União fixou um prazo para que a tal ilegalidade fosse corrigida no prazo de 30 dias e que fossem tomadas todas as providências necessárias para o fiel cumprimento da Lei.

Nessa situação, o Tribunal de Contas da União está atuando, respectivamente, de acordo com as funções:

(A) participativa e normativa.
(B) consultiva e pedagógica.
(C) informativa e sancionadora.
(D) fiscalizadora e judicante.
(E) ouvidoria e corretiva.

25

Controle pode ser conceituado como o domínio ou poder de fiscalizar e administrar determinada coisa; ter o controle da situação é dominar ou ter o poder sobre o que está acontecendo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, uma das finalidades do controle interno é:

(A) definir metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
(B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, exceto a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
(C) autorizar as operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
(D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
(E) integrar a gestão e a administração financeira pública na busca da economicidade.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEONARDO ALBERNAZ

26

Em relação às dimensões do desempenho, passíveis de aferição em programas de governo e políticas públicas, analise as assertivas abaixo e identifique a alternativa com a sequência correta.

I – Economicidade não se relaciona aos produtos entregues pela ação governamental.
II – Eficácia diz respeito à mudança na realidade social e econômica causada pelos bens e serviços públicos.
III – Eficácia se relaciona à quantidade e à qualidade dos bens e serviços públicos.

(A) E, C, C.
(B) C, E, E.
(C) C, C, E.
(D) C, E, C.
(E) E, C, E.

27

Sobre a evolução da administração pública brasileira e suas experiências de reforma, examine as alternativas seguintes e assinale a única afirmativa incorreta.

(A) A Reforma do Dasp promoveu uma modernização de caráter burocrático no Brasil.
(B) A Reforma do Decreto-Lei n. 200, de 1967, buscava superar as ineficiências decorrentes da rigidez burocrática.
(C) A Reforma Gerencial teve o caráter inédito de se preocupar com o usuário do serviço público.
(D) O Gespública tinha como foco a excelência na prestação de serviços públicos.
(E) A Constituição, em sua forma original, reafirmava diversos princípios burocráticos de administração pública.

28

Com base no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, identifique o item incluso nos objetivos globais da Reforma Gerencial, proposta em 1995 pela Câmara da Reforma do Estado.

(A) Aumentar a governabilidade do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência.
(B) Concentrar, de forma preferencial, as políticas públicas na União.
(C) Transferir para os municípios as ações de caráter regional.
(D) Transferir para o setor público não-estatal as atividades de regulação e fiscalização.
(E) Limitar a atuação do estado ao Núcleo Estratégico e às Atividades Exclusivas de Estado.

29

O conceito que se refere à capacidade de um governo de equacionar as diferentes visões e interesses conflitantes em uma sociedade, definindo caminhos a serem seguidos com base em sua autoridade política perante o povo de um país, é:

(A) Governança Pública.
(B) Governabilidade.
(C) Accountability.
(D) Capacidade econômica, técnica e administrativa.
(E) Capacidade de formular, implementar e avaliar políticas públicas.

30

Caso uma política pública se destine a atender um público definido, identificado como prioritário em relação a determinada intervenção de governo, pode-se dizer que se trata de uma política:

(A) distributiva.
(B) redistributiva.
(C) focalizada.
(D) universalizada.
(E) regulatória.

DIREITO CONSTITUCIONAL
RICARDO BLANCO

31

Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

(A) fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.
(B) desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.
(C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.
(D) a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.
(E) todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

32

Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal:

(A) autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas
(B) proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.
(C) assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.
(D) veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.
(E) impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.

33

É cabível a impetração de habeas corpus:

(A) pelo condenado, ainda quando já extinta a pena privativa de liberdade.
(B) ainda quando apenas pessoa jurídica figurar como paciente na ação.
(C) por pessoa jurídica em favor de pessoa física.
(D) cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas.
(E) pelo condenado relativo a processo em curso, ainda que por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada

34

À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre os direitos sociais:

(A) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.
(B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
(D) a lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, exigindo-se, ainda, o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical para o cumprimento de sua finalidade.
(E) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

35

Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.
(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
(C) proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
(D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
(E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

DIREITO ADMINISTRATIVO
RICARDO BLANCO

36

O termo Administração Pública comporta diversos sentidos, a depender do critério adotado para sua conceituação. Pode-se definir Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. Deixando-se de lado a Administração Pública em sentido amplo, é possível conceituá-la a partir de dois critérios, o subjetivo e o objetivo, que compreendem:

(A) os órgãos governamentais e os órgãos administrativos, como a função política e a administrativa propriamente dita.
(B) os órgãos governamentais e a função política, em especial a partir da judicialização das políticas públicas, ocorrida pelo aumento em extensão e profundidade do controle judicial do ato administrativo.
(C) as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem função administrativa, excluindo-se as pessoas jurídicas que compõem a administração indireta sujeitas a regime jurídico de direito privado.
(D) as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem a função administrativa e a atividade administrativa por eles exercida, ou seja, a função administrativa propriamente dita.
(E) as entidades administrativas fazem parte do conceito objetivo de administração pública.

37

A Administração indireta pode ser estruturada por meio da:

(A) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, que não guardam vínculo hierárquico com a Administração direta.
(B) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
(C) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, todas criadas por meio de lei.
(D) criação de órgãos integrantes de sua estrutura, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
(E) desconcentração centralizada.

38

Um município editou uma lei criando uma pessoa jurídica para integrar a Administração Pública Indireta. Dessa informação conclui-se que o Município criou uma:

(A) autarquia, pessoa jurídica de direito público que pode prestar serviços públicos.
(B) fundação, pessoa jurídica sujeita ao regime jurídico de direito privado ou de direito público, conforme possua ou não finalidade lucrativa.
(C) sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade deve ser obrigatoriamente a prestação de serviços públicos.
(D) empresa estatal, sujeita ao regime jurídico de direito público ou privado, conforme o que constar da lei instituidora do ente.
(E) autarquia que pode explorar atividade econômica em nome do Estado.

39

Ao apurar atos, supostamente em desconformidade com o respectivo estatuto funcional, praticados por servidor no exercício de suas atribuições, age a Administração em adequação com o poder:

(A) de polícia.
(B) regulamentar.
(C) discricionário.
(D) disciplinar.
(E) normativo

40

O "mérito administrativo" mostra-se compatível com o poder:

(A) discricionário e com o elemento "competência" do ato administrativo.
(B) discricionário e com o elemento "motivo" do ato administrativo.
(C) vinculado e com o elemento "forma" do ato administrativo.
(D) vinculado e com o elemento "finalidade" do ato administrativo.
(E) vinculado e com o elemento "motivo" do ato administrativo.

DIREITO CIVIL
CARLOS ELIAS

41

Uma empresa despeja frequentemente determinados dejetos em um rio. Não havia nenhuma lei proibindo o ato. Se, porém, sobrevier uma lei proibindo e estabelecendo punições no caso de infração:

(A) a empresa poderá continuar poluindo, pois nova lei não pode atingir direito adquirido.
(B) a empresa poderá ser punida pelos atos praticados antes da nova lei, pois a nova lei pode ter eficácia contra atos anteriores.
(C) a empresa, após a nova lei, estará proibida de despejar dejetos no rio.
(D) se a empresa tiver feito elevados investimentos para instalar seu parque industrial no local, ela terá direito a continuar lançando os dejetos no rio, sob pena de violação à boa-fé.
(E) a empresa só poderá continuar jogando dejetos no rio pelo prazo de um ano após a entrada em vigor da nova lei, pois é razoável conceder esse prazo de suspiro para a empresa mudar de conduta.

42

Se alguém tem uma falsa representação da realidade e acaba adquirindo um produto com características diversas da que seria desejada se não tivesse havido essa falsa representação da realidade, esse fato poderia ensejar a anulação do negócio jurídico por:

(A) lesão.
(B) estado de perigo.
(C) coação.
(D) erro.
(E) simulação.

43

Em 15 de fevereiro de 2020, André completou 12 anos de idade. Enquanto passeava com seu pai para celebrar a ocasião, André foi atingido por um cinzeiro caído de um edifício particular. André pode pretender a reparação civil dos danos sofridos até:

(A) 15 de fevereiro de 2023.
(B) 15 de fevereiro de 2024.
(C) 15 de fevereiro de 2026.
(D) 15 de fevereiro de 2027.
(E) 15 de fevereiro de 2029.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
LÍDIA MARANGON

44

Sobre os atos judiciais, assinale a alternativa correta.

(A) Sentença é qualquer pronunciamento judicial de natureza decisória.
(B) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz.
(C) O acórdão é uma das espécies de pronunciamento do juiz.
(D) Os despachos e as decisões interlocutórias não necessitam ser publicados no Diário de Justiça Eletrônico, sendo tal exigência exclusiva das sentenças.
(E) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

45

Sobre jurisdição, assinale a alternativa incorreta.

(A) A jurisdição é técnica de solução de conflitos por heterocomposição: um terceiro substitui a vontade das partes e determina a solução do problema apresentado.
(B) Segundo a característica da substitutividade, exercendo a jurisdição, o Estado substitui, com uma atividade sua, as atividades daqueles que estão envolvidos no conflito trazido à apreciação.
(C) A coisa julgada é situação jurídica que diz respeito exclusivamente às decisões jurisdicionais. Somente uma decisão judicial pode tornar-se indiscutível e imutável pela coisa julgada.
(D) O princípio da territorialidade também é conhecido como princípio da aderência ao território e está relacionado à limitação do exercício da jurisdição. Isso significa que o juiz somente pode exercer a jurisdição dentro do território nacional, de acordo com as regras próprias de competência.
(E) Segundo o princípio da Indelegabilidade da jurisdição, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito.

46

Sobre a coisa julgada material, assinale a alternativa correta.

(A) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

(B) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal, ainda que implicitamente decidida.

(C) Os motivos e a verdade dos fatos estabelecida como fundamentos da sentença fazem coisa julgada.

(D) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo, em regra, prejudicar terceiros.

(E) Ainda que haja decisão de mérito transitada em julgado, pode haver a repropositura da mesma demanda e a discussão, em qualquer outro processo com as mesmas partes, das questões decididas anteriormente.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO
RICARDO BLANCO

47

Assinale a opção incorreta.

(A) O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá decretar a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado.

(B) A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

(C) Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

(D) Os órgãos e entidades referidos no caput deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

(E) As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo.

48

Assinale a opção incorreta.

(A) Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

(B) A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

(C) Prescrevem em 3 anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(D) Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

(E) A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

49

Assinale a opção incorreta.

(A) A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

(B) Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

(C) O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

(D) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

(E) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

50

Assinale a opção incorreta.

(A) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

(B) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

(C) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

(D) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

(E) Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

ESTATÍSTICA
THIAGO FERNANDO

51

Considere os seguintes dados sobre os valores de contratos de obras públicas fiscalizadas por um tribunal de contas.

Valor	Quantidade
0 |– R$1 milhão	30
R$1 milhão |– R$2 milhões	15
R$2 milhões |– R$3 milhões	10
R$3 milhões |– R$4 milhões	5

O tipo de gráfico mais adequado para representar os dados da tabela acima é:

(A) histograma.
(B) diagrama de barras.
(C) diagrama de setores.
(D) diagrama de caixas.
(E) diagrama de ramos-e-folhas.

52

Um banco tem 100.000 clientes, que, quando organizados por classe social, apresentam a seguinte distribuição.

Classe Social	Quantidade
Alta Renda	6.000
Média Renda	34.000
Baixa renda	60.000

Desse modo, se o banco desejar fazer uma pesquisa de satisfação com seus clientes por meio de uma amostra de 1.000 clientes, o número de clientes de alta renda que devem ser selecionados é:

(A) 60.
(B) 120.
(C) 200.
(D) 250.
(E) 333.

53

Os desvios-padrão das variáveis X e Y são, respectivamente, iguais a 4 e 5. Sabe-se também que a covariância entre X e Y é igual a 10.

Desse modo, a variância da variável aleatória Z = 3X + 4Y é:

(A) 324.
(B) 382.
(C) 450.
(D) 576.
(E) 784.

54

Em uma empresa, sabe-se que 10% dos funcionários não leem nenhuma revista. Sabe-se, ainda, que 60% dos funcionários leem a revista X; 50% dos funcionários leem a revista Y; e 60% dos funcionários leem a revista Z. Sabe-se, ainda, que 25% dos funcionários leem as revistas X e Y; 30% dos funcionários leem as revistas Y e Z; e 30% leem as revistas X e Z. Desse modo, podemos concluir que o percentual de funcionários que leem somente uma revista é:

(A) 10%.
(B) 15%.
(C) 20%.
(D) 25%.
(E) 30%.

55

Uma pesquisa foi feita com uma amostra aleatória simples de 2000 elementos atingindo um intervalo com 90% de confiança. Assinale a alternativa que indique o número de elementos que seriam necessários para aumentar o grau de confiança do intervalo da pesquisa para 95%, mantendo constante a largura do intervalo.

Dados: P (|Z| < 1,64) = 90%; P (|Z| < 1,96) = 95%.

(A) 2.250.
(B) 2.390.
(C) 2.500.
(D) 2.857.
(E) 3.200.

56

Em uma pesquisa eleitoral realizada com 1200 pessoas, foram 900 votos para o candidato A e 300 votos para o candidato B. Com base nesses dados, o intervalo com grau de confiança 95% para o percentual de votos do candidato A é:

Dados: P (|Z| < 1,64) = 90%; P (|Z| < 1,96) = 95%.

(A) [54%; 58%]
(B) [52,2%; 58,6%]
(C) [70,1%; 79,9%]
(D) [70,9%; 79,1%]
(E) [72,5%; 77,5%]

57

A variável aleatória X é descrita por uma série temporal $X_t = 1{,}2 - 0{,}6.X_t + \varepsilon$, em que ε é uma variável aleatória que segue distribuição normal com média nula, desvio-padrão igual a 16 e é estatisticamente independente de X. Desse modo, pode-se afirmar que a correlação entre X_t e X_{t-3} é, aproximadamente:

(A) 22%.
(B) 36%.
(C) 45%.
(D) 60%.
(E) 0%.

58

Uma variável aleatória X segue uma distribuição exponencial, regida pelo parâmetro λ:

$$f(x) = \lambda e^{-\lambda x}$$

Foi feita uma amostragem, obtendo-se os seguintes valores para X: {1, 1, 2, 3, 3}. Com isso, a estimativa de máxima verossimilhança do parâmetro é:

(A) 1/4.
(B) 1/2.
(C) 1.
(D) 2.
(E) 4.

59

A variável aleatória X é descrita por uma série temporal $X_t = 1{,}2 - 0{,}6.X_t + \varepsilon$, em que ε é uma variável aleatória que segue distribuição normal com média nula, desvio-padrão igual a 16 e é estatisticamente independente de X. Desse modo, pode-se afirmar que a correlação entre X_t e X_{t-3} é, aproximadamente:

(A) 22%.
(B) 36%.
(C) 45%.
(D) 60%.
(E) 0%.

60

Uma amostra aleatória simples, sem reposição, de tamanho 100, será retirada de uma população infinita com o objetivo de se estimar a média μ das idades dos indivíduos da população. Essa amostra é representada por um conjunto de variáveis aleatórias X_1, ..., X_{100}, e o estimador da média populacional μ é dado pela seguinte expressão:

$$\underline{X} = \sum_{i=1}^{100} Xi \,/\, 100$$

Tendo como referência essa situação hipotética, e considerando que o desvio-padrão populacional da distribuição das idades seja igual a 20 anos, assinale a alternativa que indica o desvio-padrão do estimador X:

(A) 0,2.
(B) 1.
(C) 1,5.
(D) 2.
(E) 20.

ANÁLISE DE DADOS
MAURÍCIO FRANCESCHINI/ TIAGO PÁDUA

61

Com relação aos conceitos de mineração de dados, o modelo CRISP-DM possui a etapa na qual visa checar se o modelo elaborado condiz com as expectativas da organização e do que foi definido anteriormente na fase inicial do processo, é conhecida como:

(A) avaliação.
(B) compreensão do negócio.
(C) modelagem.
(D) entendimento dos dados.
(E) preparação dos dados.

62

Em relação aos conceitos de análise exploratória de dados, as técnicas a serem utilizadas dependem da natureza de mensuração das variáveis de interesse. Relacione abaixo o tipo de mensuração à sua definição e assinale a alternativa com a sequência correta.

Mensuração	Descrição
I – Nominal	( ) As variáveis são medidas em classes discretas entre as quais é possível definir uma ordem, segundo uma relação descritível, mas não quantificável.
II – Ordinal	( ) As variáveis assumem valores quantitativos, cuja relação exata entre estes é possível definir, porque essa escala possui um zero absoluto.
III – Intervalar	( ) As variáveis são medidas em classes discretas, mas não é possível estabelecer ordem.
IV – Razão	( ) As variáveis assumem valores quantitativos, não possuem zero absoluto, i.e. não possuem uma medida de ausência de atributo.

(A) I, II, III, IV.
(B) II, I, III, IV.
(C) II, IV, I, III.
(D) II, IV, III, I.
(E) I, II, IV, III.

63

Segundo a Lei n. 13.709/2018, conhecida como LGPD, essa Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

(A) realizados por pessoa jurídica para fins exclusivamente econômicos.
(B) provenientes de dentro do território nacional.
(C) realizados para fins exclusivos de interesse público.
(D) realizados para fins exclusivos de defesa nacional.
(E) realizados para fins exclusivamente culturais.

64

Em relação ao sistema de numeração e aritmética computacional, a conversão do número 4913 para o número hexadecimal é:

(A) 1131
(B) 1331
(C) 133
(D) 1113
(E) 1333

65

Em relação aos conceitos sobre as operações de dados sobre o cubo dimensional, assinale a alternativa que aumenta o nível de detalhamento da informação, diminuindo a granularidade dos dados, favorecendo o detalhamento dos valores:

(A) Dice
(B) Drill Down
(C) Roll up
(D) Slice
(E) Pivot

66

Assinale abaixo a alternativa que corresponde ao valor do complemento a um do número decimal 16.

(A) 1110
(B) 1101
(C) 1010
(D) 1111
(E) 1011

67

Em relação aos conceitos de dados abertos, analise as alternativas a seguir.

I – Se o dado não pode ser encontrado na web e indexado, ele é considerado existente, porém secreto.
II – Se o dado não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser utilizado.
III – Se qualquer dispositivo legal não permitir que o dado seja reutilizado, ele não é útil.

Estão corretas apenas as afirmativas:

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

68

A Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), considera a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, como sendo a(o):

(A) autenticidade.
(B) integridade.
(C) primariedade.
(D) disponibilidade.
(E) informação sigilosa.

69

Em relação à modelagem de dados em banco de dados relacionais, aos modelos entidade-relacionamento e aos diagramas DER, analise as afirmativas a seguir.

I – No DER, um círculo com o texto sublinhado significa um atributo chave.
II – Em um DER, um relacionamento é representado por meio de um losango.
III – Uma entidade forte não necessita de outra entidade para existir, enquanto uma entidade fraca, sim.

Estão corretas apenas as afirmativas:

(A) I.
(B) II.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) I, II e III.

70

Em relação aos conceitos de segurança da informação, a irretratabilidade garante que:

(A) a informação estará disponível sempre que necessário.
(B) a informação poderá ser acessada somente por pessoas autorizadas.
(C) não pode haver modificações não autorizadas na informação.
(D) o autor da informação é realmente quem diz ser.
(E) a autoria da informação não pode ser negada.

71

A respeito da biblioteca Pandas, analise as afirmativas.

I – Disponibiliza ferramentas de análise de dados.
II – Permite trabalhar com tabelas de dados através do objeto DataFrame.
III – Em um DataFrame, todas as colunas devem possuir o mesmo tipo de dados.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e III, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) Todas as alternativas.
(E) Nenhuma das alternativas.

72

Utilizando a biblioteca NLTK, podemos realizar a segmentação de palavras que é a quebra da sequência de caracteres em um texto, localizando o limite de cada palavra, ou seja, os pontos onde uma palavra termina e outra começa. Para isso, devemos utilizar a função:

(A) pos_tag
(B) translate
(C) stem
(D) parse
(E) word_tokenize

73

Considere o código Python a seguir:

```
import numpy
arr = numpy.array([5, 10, 3, 9, 100])
x = (I)
print(x)
```

A alternativa que indica o trecho de código que deve substituir (I) para que, quando executado, o programa imprima o valor 9 é:

(A) numpy.std(arr)
(B) numpy.mean(arr)
(C) numpy.median(arr)
(D) numpy.average(arr)
(E) numpy.var(arr)

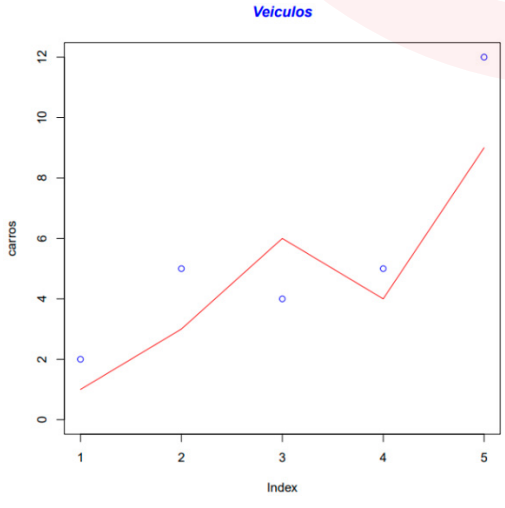
74

Considere o código em linguagem R a seguir:

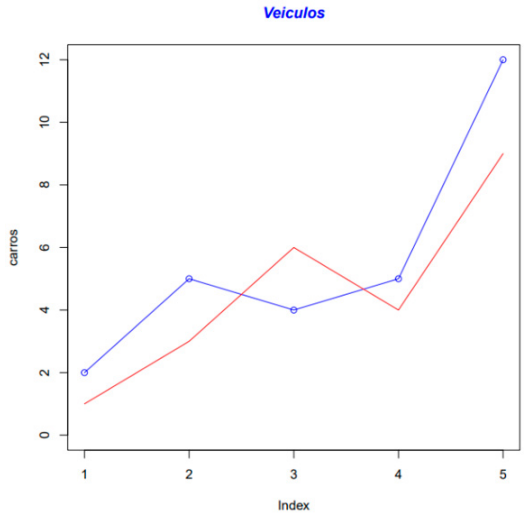
```
carros <- c(1, 3, 6, 4, 9)
caminhoes <- c(2, 5, 4, 5, 12)

plot(carros, col="blue", ylim=c(0,12))
lines(caminhoes, col="red")

title(main="Veiculos", col.main="blue", font.main=4)
```

A alternativa que apresenta o gráfico que será impresso é:

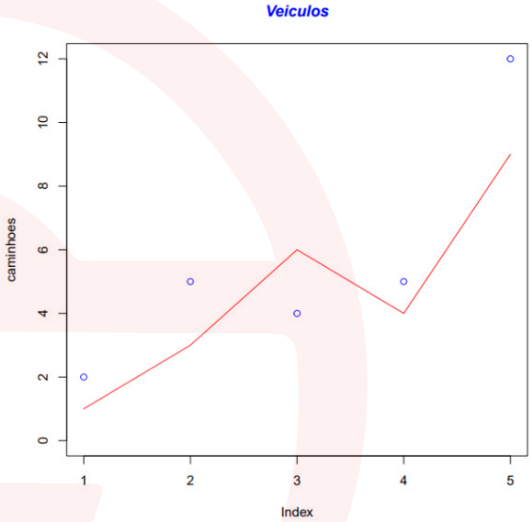
(A)



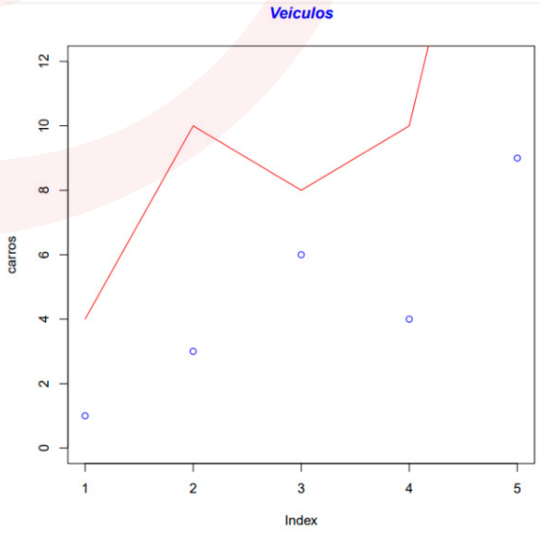
(B)



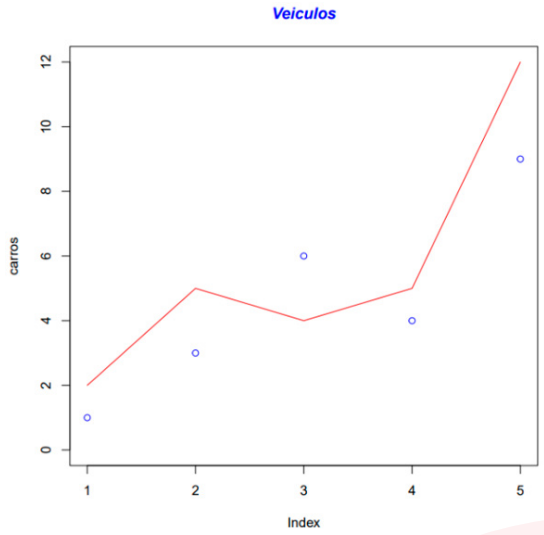
(C)



(D)



(E)



75

Sobre os comandos de repetição na linguagem R, assinale a alternativa correta:

(A) O laço *for* é utilizado para iterar enquanto uma expressão booleana fornecida for avaliada como *True*.

(B) O laço *while* é utilizado para iterar por uma sequência de valores que é fornecida como parâmetro.

(C) A instrução *break* é utilizada dentro de um laço de repetição para encerrar a iteração e continuar o fluxo de execução fora do laço.

(D) A instrução *next* deve ser utilizada dentro do laço *for* para incrementar a variável de controle do laço de repetição e não deve ser utilizada dentro de um laço *while*.

(E) O laço *repeat* itera sobre um bloco de código e verifica a condição de repetição (uma expressão booleana) no fim do laço.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL
ELLEN VERRI

76

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores trabalha no sentido de promover o intercâmbio de ideias e experiências sobre os principais desafios enfrentados pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) no desempenho de suas funções. Conforme preconiza a Intosai, é responsabilidade do(a) _____ garantir que todas as pessoas físicas ou jurídicas encarregadas da administração de bens ou valores públicos prestem contas dos recursos utilizados nos prazos e nas condições estabelecidas por lei.

(A) Controladoria-Geral da União (CGU).

(B) Tribunal de Contas da União (TCU).

(C) Ministério Público.

(D) Ministério Público de Contas.

(E) Controle Interno.

77

Conforme preconiza as normas da INTOSAI (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), em qualquer tipo de auditoria, a independência é o principal meio pelo qual um auditor demonstra que ele pode realizar sua tarefa de forma objetiva e com liberdade para opinar. Acerca dessa temática e, conforme o Código de Ética da INTOSAI, assinale e alternativa incorreta.

(A) Ser independente em relação à entidade auditada e a outros grupos de interesses externos é prescindível para os auditores. Isto implica que os auditores devem agir no sentido de aumentar, ou de não diminuir, sua independência.

(B) Os auditores devem se esforçar não apenas para serem independentes das entidades auditadas e de outros grupos interessados, mas também para serem objetivos no tratamento das questões e dos temas em análise.

(C) É essencial que os auditores pareçam e sejam, de fato, independentes e imparciais.

(D) Em todos os assuntos relacionados ao trabalho de auditoria, a independência dos auditores não deve ser prejudicada por interesses pessoais ou externos.

(E) A independência pode ser prejudicada, por exemplo, por pressão ou influência externa sobre os auditores; preconceitos dos auditores em relação a indivíduos, entidades auditadas, projetos ou programas; vínculo empregatício recente com a entidade auditada; ou transações pessoais ou financeiras que possam causar conflitos de lealdade ou interesses.

78

De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a economicidade é a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Os recursos usados devem estar disponíveis tempestivamente, em quantidade suficiente, na qualidade apropriada e com o melhor preço e refere-se à capacidade de uma organização gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição. Em relação à temática apresentada e, de acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, assinale a alternativa correta.

(A) A eficiência é definida como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade.

(B) A eficácia refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

(C) A efetividade é um conceito relativo. Isso significa que, em uma auditoria sobre efetividade, é preciso algum tipo de comparação. Auditorias orientadas para a efetividade podem também examinar os processos, desde os insumos até o produto, para expor as deficiências nesses processos ou na sua implementação.

(D) A efetividade é definida como o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período, independentemente dos custos implicados.

(E) A eficácia diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e a longo prazo e refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção.

79

Assinale o tipo de processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento.

(A) Tomada de Contas.
(B) Tomada de Contas Anual.
(C) Prestação de Contas.
(D) Prestação de Contas Extraordinária.
(E) Tomada de Contas Especial.

80

Considere a situação hipotética apresentada a seguir. Um auditor federal de controle externo, com o objetivo de confirmar os saldos bancários apresentados por meio de cartas registradas, solicitou que as informações pertinentes às instituições bancárias das quais a empresa auditada era cliente fossem confirmadas. Nesse caso, o auditor realizou o seguinte procedimento de auditoria:

(A) confirmação externa.
(B) confirmação interna.
(C) conciliação bancária.
(D) conferência de cálculos.
(E) entrevista.

81

De acordo com a NBC TA 230 (R1) – Documentação De Auditoria, a documentação de auditoria (usualmente conhecida como “papéis de trabalho”) é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A documentação de auditoria pode ser de dois tipos, que são:

(A) corrente e permanente.
(B) corrente e transitório.
(C) corrente e capital.
(D) perpétuo e permanente.
(E) capital e permanente.

CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO
RODRIGO MACHADO

82

Ao realizar um trabalho de auditoria nos saldos do passivo de uma entidade do setor público, um auditor do Tribunal de Contas da União tomou conhecimento de uma demanda trabalhista no valor de 250 mil reais. Os assessores jurídicos classificaram a probabilidade de saída de recursos como provável. Nesse caso, o auditor concluiu que os responsáveis pela governança na entidade agiram corretamente caso:

(A) tivessem registrado uma provisão para contingência utilizando conta de classe 1 do PCASP.
(B) não tivessem realizado quaisquer registros contábeis de provisão, sob a justificativa de aguardar o trânsito em julgado da ação condenatória.
(C) tivessem registrado uma provisão para contingência utilizando conta de classe 2 do PCASP, mas não tenham divulgado em notas explicativas.
(D) tivessem reconhecido uma provisão para contingência utilizando conta de classe 2 do PCASP e divulgado os fatos em notas explicativas.
(E) tivessem registrado um passivo contingente utilizando conta de classe 2 do PCASP e divulgado os fatos em notas explicativas.

83

A informação de custos no setor público melhora a transparência, pois possibilita que o conjunto da sociedade entenda com maior clareza a utilização dos recursos públicos. Acerca do sistema de custos no setor público, analise a opção incorreta.

(A) O sistema de acumulação é a forma pela qual os valores de custos são acumulados, respeitado o fluxo físico operacional do processo produtivo.
(B) Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.
(C) No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico e custo-corrente.
(D) Os custos fixos são aqueles que apresentam uma variação diretamente proporcional com o volume de produção.
(E) Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; e pleno.

84

A NBC TSP 12 apresenta os procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Nesse sentido, correlacione as colunas e assinale a sequência correta:

1. Fluxo de caixa das atividades operacionais.	( )	Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas.
2. Fluxo de caixa das atividades de investimentos.	( )	Pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria.
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento.	( )	Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda).
	( )	Recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.
	( )	Pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

(A) 1, 2, 2, 1, 3.
(B) 2, 1, 3, 2, 1.
(C) 3, 1, 1, 2, 2.
(D) 1, 3, 3, 1, 2.
(E) 2, 1, 1, 2, 3.

85

As contas contábeis podem ser sintéticas e analíticas. As contas sintéticas agrupam saldos de natureza comum, as analíticas são aquelas que recebem lançamentos. A conta (sintética) de variações patrimoniais independentes da execução orçamentária que representa os decréscimos patrimoniais é denominada:

(A) Superveniência Passiva.
(B) Insubsistência Passiva.
(C) Superveniência Ativa.
(D) Amortização de Dívida Fundada.
(E) Insubsistência Ativa.

86

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. A padronização do PCASP otimizou o processo e a consolidação é realizada no:

(A) 5º nível, subtítulo.
(B) 1º nível, classe.
(C) 2º nível, grupo.
(D) 4º nível, título.
(E) 3º nível, subgrupo.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EGBERT BUARQUE

87

A empresa XYZ apresentou índice de liquidez corrente igual a 0,5 em 2020. Ao final de 2021, o mesmo índice evoluiu para 0,8. Entre as alternativas a seguir, indique aquela que não justifica tal aumento.

(A) Obtenção de empréstimo para pagamento no longo prazo.
(B) Reclassificação de dívida do curto para o longo prazo.
(C) Aquisição de ativo imobilizado com pagamento à vista.
(D) Venda de mercadorias com lucro.
(E) Integralização de capital por meio de equipamentos a serem utilizados nas atividades da empresa.

88

A respeito da análise por indicadores, assinale a alternativa incorreta.

(A) O índice de liquidez corrente permite uma análise de estrutura.
(B) Os índices de análise vertical de empresas de setores diferentes podem ser comparados sem prejuízo para a análise.
(C) A análise horizontal permite avaliar a evolução de determinado componente ou de determinado índice ao longo do tempo.
(D) A análise das demonstrações contábeis representa uma técnica contábil.
(E) A análise vertical da demonstração do resultado do exercício permite avaliar as receitas mais significativas na formação do resultado da empresa.

89

A empresa XYZ apresentou índice de liquidez imediata igual a 1,2 e de liquidez corrente igual a 2,0. Sabendo que o ativo circulante dessa empresa é composto apenas pelo seu caixa e estoques, é correto afirmar que:

(A) as disponibilidades são insuficientes para honrar as obrigações de curto prazo.
(B) os estoques representam 80% do passivo circulante.
(C) o saldo dos estoques supera o das disponibilidades.
(D) os estoques representam menos de 50% das disponibilidades.
(E) os estoques representam 90% do passivo circulante.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA MANUEL PIÑON

90

No que diz respeito à classificação da despesa orçamentária, marque a alternativa correta.

(A) Os programas, dentro da classificação por estrutura programática, são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de uma ação.
(B) As ações dos governos estão estruturadas em programas orientados para a realização dos objetivos definidos no Plano Plurianual.
(C) A unidade orçamentária corresponde ao terceiro nível hierárquico da classificação institucional.
(D) A sub função corresponde a uma das segregações da classificação funcional e quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, saneamento e previdência social.
(E) Os programas, dentro da classificação por estrutura programática da despesa orçamentária, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

91

A Lei Geral do Direito Financeiro e dos Orçamentos Públicos (Lei n. 4.320/1964) foi promulgada antes do CTN – Código Tributário Nacional, sendo o ato de lançamento definido na referida Lei essencialmente diferente, tanto em forma como em substância, do procedimento de lançamento definido no CTN. Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal n. 4.320/1964, o lançamento da receita é:

(A) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar somente a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(B) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(C) ato da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(D) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.
(E) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.

92

Acerca dos estágios da receita e da despesa orçamentária, marque a alternativa correta.

(A) O lançamento de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
(B) O empenho global corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
(C) A realização da receita se dá em três estágios: previsão, lançamento e recolhimento.
(D) A etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.
(E) O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

93

Acerca das competências legislativas dos entes federados para criarem seus orçamentos, marque a alternativa correta.

(A) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
(B) O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em caso de relevante interesse público, podem ser alterados por medida provisória.
(C) O Congresso Nacional, através de resolução, pode delegar competência ao Presidente da República para legislar sobre orçamentos.
(D) A iniciativa das leis orçamentárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
(E) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.

94

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da LOA - Lei Orçamentária Anual, marque a alternativa correta.

(A) as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa com pessoal e encargos sociais, mesmo em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(B) o dispositivo que autorize o cancelamento de restos a pagar não processados ao final do exercício, caso não haja disponibilidade de caixa, estará contido na Lei Orçamentária Anual.
(C) o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes no Anexo de Riscos Fiscais.
(D) o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
(E) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

95

De acordo com a nossa Carta Magna, no *caput* de seu artigo 169, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Assim, a LRF, em seu artigo 19, fixou os limites totais de despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação e com base na receita corrente líquida, sendo esse limite de 60% da referida receita para Estados e Municípios. Na verificação do atendimento dos limites definidos nesse artigo, relativamente ao Distrito Federal, não serão computadas as despesas de organização e de manutenção:

(A) da Defensoria Pública, da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
(B) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia civil e do corpo de bombeiros militar.
(C) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia civil e da polícia militar.
(D) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
(E) do Ministério Público, da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO
MANUEL PIÑON

96

Acerca dos agregados econômicos e monetários, marque a alternativa correta.

(A) Alterar o compulsório sobre depósitos à vista implicará a criação de moeda.
(B) Um aumento do PIB real reduzirá a demanda por moeda.
(C) Um aumento do nível de preços reduzirá a demanda por moeda.
(D) Aumentar a taxa de juros dos títulos públicos do tesouro nacional reduzirá a demanda por moeda.
(E) O multiplicador monetário é igual à razão entre a base monetária e os meios de pagamento.

97

Considerando-se uma economia cuja renda líquida recebida do exterior é igual a depreciação, podemos afirmar que:

(A) Produto Interno Líquido > Produto Interno Bruto.
(B) Produto Nacional Bruto > Produto Nacional Líquido.
(C) Produto Nacional Bruto = Produto Nacional Líquido.
(D) Produto Interno Bruto = Produto Nacional Líquido.
(E) Produto Interno Bruto > Produto Nacional Bruto.

98

Marque a alternativa que representa a falha de mercado relativa a setores cujo processo produtivo se caracteriza pelo fato de os custos unitários declinarem conforme o aumento da quantidade produzida.

(A) Assimetrias informacionais.
(B) *Free riders* na utilização de bens públicos.
(C) Externalidades positivas.
(D) Monopólios naturais.
(E) Mercados incompletos.

99

Acerca de um mercado competitivo, marque a alternativa correta.

(A) O custo marginal é igual ao custo variável médio.
(B) O preço pode ser diferente do custo variável médio.
(C) O custo marginal é sempre constante.
(D) O preço é igual ao custo marginal somente no longo prazo.
(E) O lucro é zero com qualquer número de empresas.

100

Em relação às estruturas de mercado, é correto afirmar que:

(A) a maximização de lucros de uma empresa monopolista é alcançada em um ponto da curva de demanda em que o preço é maior que o custo marginal.
(B) não existem monopólios naturais puros, apenas aqueles que são permitidos pela legislação do país em que estão sediados.
(C) no oligopólio, há um grande número de pequenas empresas oferecendo produtos heterogêneos.
(D) na concorrência monopolista, há um pequeno número de grandes empresas que oferecem produtos homogêneos.
(E) na concorrência perfeita, o equilíbrio da firma se dá quando o preço de mercado é igual ao custo marginal da enésima unidade, e o médio está decrescendo.

SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	A	E	C	B	E	D	C	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	E	A	D	B	E	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	E	D	D	C	E	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	B	D	A	A	D	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	D	E	E	A	A	C	E	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	A	E	B	D	E	A	B	A	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	C	D	B	B	D	E	A	E	E
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	E	C	E	C	B	A	A	E	A
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
A	D	D	A	E	A	C	B	B	B
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C	D	E	E	E	D	D	D	B	A

GRAN CURSOS ONLINE

App

GRAN QUESTÕES

SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 1 milhão de questões,** você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.

QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!

ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.

MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!

A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:
(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

Quero estudar pelo app gran questões

LÍNGUA PORTUGUESA
FIDELIS ALMEIDA

A durabilidade do mundo

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo — o homo faber que "faz" e literalmente "trabalha sobre" os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e "se mistura com" eles — fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade, do "valor" de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. Devidamente usadas, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à criatura mortal e instável que é o homem.

A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta. O processo vital que permeia todo o nosso ser também o atinge; e se não usarmos as coisas do mundo elas também perecerão mais cedo ou mais tarde, e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas. Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha, e a lenha perecerá e retornará ao solo de onde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual se trabalhou e com o qual se construiu.

Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo, sinal de que são produtos de um fabricante mortal, não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano, no qual todas as coisas podem ser constantemente substituídas com o ir e vir de gerações que habitam o mundo construído pelo homem. Além disto, embora o uso provavelmente desgaste os objetos, o desgaste não é o destino destes últimos, no mesmo sentido em que a destruição é o fim intrínseco de todas as coisas destinadas ao consumo. O que o uso desgasta é a durabilidade.

É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam, a "objetividade" que as faz resistir, "obstar" e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que — contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio — os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa. Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico, em harmonia com o movimento cíclico maior do reino da natureza. Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele, podemos ver a natureza como algo "objetivo". Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade.

ARENDT, Hannah. A durabilidade do mundo. In: A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000. Texto adaptado.

1

Baseando-se nos sentidos construídos ao longo do texto, não é possível concluir:

(A) A autora concorda com as teses filosóficasde Locke e Adam Smith, porém rejeita a de Marx.
(B) Os elementos do mundo natural modificados pelo homem tendem necessariamente a voltar ao seu estado original.
(C) Ao modificar os materiais, o homem se opõe à natureza.
(D) A finitude dos materiais modificados pelo homem é índice de que a própria condição humana é finita.
(E) Embora seja subjetiva a natureza do homem, ele é capaz de construir um mundo objetivo.

Letra a.

(A) Certo. O fato de a autora citar o pensamento de três teóricos parcialmente não implica que ela concorde com a linha filosófica deles. Não é possível concluir tal ideia.
(B) Errado. Essa ideia é encontrada em "Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha, e a lenha perecerá e retornará ao solo".
(C) Errado. Em "e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas", o emprego do vocábulo "contra", indicador de oposição, denota que, quando modifica os materiais, o homem se opõe à natureza, que não modifica seus elementos como ele faz. Por isso,a ação humana de modificar os elementos naturais se opõe à natureza.
(D) Errado. Essa ideia é encontrada em "Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas indivi-

duais no mundo, sinal de que são produtos de um fabricante mortal".
(E) Errado. Depreende-se essa ideia em "Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem".

2

Assinale o trecho em que o verbo "poder" apresenta traço semântico distinto dos demais trechos em que foi empregado.
(A) "Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo..." (l.29-30)
(B) "...todas as coisas podem ser constantemente substituídas com o ir e vir de gerações..." (l.33-34)
(C) "...o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.49-50)
(D) "...os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade..." (l.50-52)
(E) "...podemos ver a natureza como algo 'objetivo'." (l.64-65)

Letra a.

Em B, C, D e E, o verbo "poder" foi empregado no modo indicativo, apresentando-se a ação verbal como um fato cuja ocorrência é permitida ou não. Já em A, o emprego do modo subjuntivo traz a ideia de incerteza, possibilidade, probabilidade.

3

"Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67)
Sem alteração do sentido original e preservando-se a correção gramatical, a forma verbal haveria é adequadamente substituída por
(A) poderia haver.
(B) poderiam existir.
(C) teria.
(D) deveria haver.
(E) existiria.

Letra e.

O emprego do verbo "poder", nesse contexto, traria ideia de possibilidade, que inexiste no modo indicativo presente em "haveria". Assim, A e B não trazem reescritas compatíveis com o trecho original, além da inobservância da concordância gramatical existente em B. O verbo "ter", empregado na acepção de "existir", é manifestação coloquial da Língua Portuguesa, fugindo à norma-padrão. Assim, a reescrita proposta por C é inadequada. Em D, o verbo "dever" traz também ideia de possibilidade, o que inexiste no trecho original. Resta-nos E, que traz o emprego do verbo "existir", o qual pode ser empregado como sinônimo de "haver".

4

Assinale a opção em que o fragmento destacado não indica, no texto, ideia de oposição.
(A) "Em sua maioria, **mas não exclusivamente**, essas coisas são objetos destinados ao uso..." (l.6-8)
(B) "...o uso que dele fazemos, **embora não o consuma**, o desgasta." (l.18-19)
(C) "...**não é tão certo** que seja o destino final do próprio artifício humano..." (l.31-32)
(D) "...sua objetividade reside no fato de que — **contrariando Heráclito**, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.48-50)
(E) "...os homens, **a despeito de sua contínua mutação**, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam..." (l.50-53)

Letra c.

(A) Errado. O fragmento encerra ideia de oposição entre "Em sua maioria" e "não exclusivamente", expressão sinônima de "não totalmente".
(B) Errado. O fragmento encerra ideia de oposição entre as ideias de "não consumir" e "desgastar", estabelecendo ideia de concessão.
(C) Certo. O fragmento não encerra qualquer relação de oposição entre ideias no texto.
(D) Errado. O fragmento encerra ideia de oposição entre a possibilidade de os homens reaverem sua invariabilidade e a ideia de mutabilidade proposta por Heráclito.
(E) Errado. O fragmento encerra ideia de oposição entre a possibilidade de os homens reaverem sua identidade e a sua condição de contínua mudança.

5

Assinale o excerto em que a autora não manifesta um pensamento propriamente seu.
(A) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta." (l.17-19)
(B) "Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha..." (l.23-25)
(C) "...não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano, no qual todas as coisas podem ser constantemente substituídas..." (l.31-34)
(D) "É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam..." (l.41-43)
(E) "...os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam..." (l.50-53)

Letra b.

O texto argumenta acerca da efemeridade/perenidade de elementos próprios do mundo e do homem. Para isso, a autora tanto manifesta seus argumentos (subjetivos) quanto expõe fatos (objetivos). Em A, C, D e E, a autora apresenta argumentos seus, providos de subjetividade (exposição argumentativa), os quais poderiam ser confrontados por outra análise. Porém em B, a autora apresenta-nos um fato: o ciclo natural da matéria, em que tudo aquilo que foi transformado pela ação humana volta ao seu estado primeiro, de elemento não modificado pelo trabalho (exposição informativa). Nesse caso, a ideia não é um argumento da autora, mas um fato de que ela lança mão para demonstrar a coerência de seu pensamento.

6

Assinale a alternativa em que se faz uma correta análise da função da linguagem predominante no texto.

(A) Predomina no texto a função emotiva da linguagem, em virtude de a autora expressar concepções suas a respeito do mundo e dos homens.

(B) Predomina no texto a função conativa da linguagem, em razão de a autora organizar seu discurso de maneira a influenciar o leitor, levando-o a aceitar a coerência de sua análise.

(C) Predomina no texto a função metalinguística da linguagem, pelo fato de a autora explicar conceitos filosóficos empregando sua própria filosofia.

(D) Predomina no texto a função poética da linguagem, uma vez que a autora apresenta muitas figuras de linguagem ao longo do texto.

(E) Predomina no texto a função referencial da linguagem, visto que a autora organiza o texto priorizando o sentido denotativo das palavras, a referência semântica que elas designam na realidade material.

Letra e.

(A) Errado. A função emotiva é caracterizada pela intensa subjetividade, emoção e descrição do universo interior do remetente, o que não ocorre no texto.

(B) Errado. A autora não organiza seu discurso de maneira a levar o leitor a aceitar sua análise, uma vez que não apresenta marcas linguísticas típicas dessa hipotética influência sobre ao leitor, como seria o caso do uso do modo imperativo nos verbos, de expressões que remetessem ao leito, como pronomes da segunda pessoa do discurso.

(C) Errado. Na função metalinguística, emprega-se a linguagem para falar da própria linguagem. Embora a autora explique o significado de algumas expressões, não é predominante essa organização no texto.

(D) Errado. A autora apresenta algumas figuras de linguagem ao longo do texto, a exemplo de "a 'objetividade' que as faz resistir, 'obstar' e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários", em que às coisas do mundo ela atribui a capacidade de "resistir", "e "suportar" a voracidade humana de consumo , ações que basicamente são realizadas por seres humanos (personificação). Mas não predomina esse aspecto na construção do texto.

(E) Certo. A função referencial é marca predominante do texto, porque a autora organiza seu discurso priorizando o sentido denotativo das palavras, indicando conceitos que explicam relações entre os homens e o mundo.

7

Assinale o excerto em que se verifica o emprego de linguagem figurada.

(A) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta." (l.17-19)

(B) "Se abandonada a si mesma ou descartada do mundo humano, a cadeira voltará a ser lenha..." (l.23-25)

(C) "O que o uso desgasta é a durabilidade." (l.39-40)

(D) "...que as faz resistir, "obstar" e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários..." (l.42-45)

(E) "Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67)

Letra d.

A linguagem figurada, manifestação não literal dos sentidos das palavras, ocorre em dizer que as coisas do mundo resistem e suportam as necessidades dos seus fabricantes, porque as ações de resistir e suportam são somente possíveis de serem realizadas por seres animados. Também ocorre em atribuir o qualificador "vorazes" às necessidades dos fabricantes. Somente podem ser vorazes seres vivos. Nas outras alternativas, as palavras são empregadas em seu sentido literal, denotativo.

8

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho original preserva a correção gramatical.

(A) "Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade..." (l.6-9) – E*m sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade a qual Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade.*

(B) "...e a lenha perecerá e retornará ao solo de onde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual se trabalhou e com o qual se construiu." (l.25-28) – *e a lenha perecerá e retornará ao solo daonde surgiu a árvore que foi cortada para transformar-se no material sobre o qual trabalhou-se e com o qual construiu-se.*

(C) "...sua objetividade reside no fato de que — contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio..." (l.48-50) – sua objetividade reside no fato de que — *contrariando Heráclito, que disse jamais o mesmo homem poder cruzar o mesmo rio.*

(D) "Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele..." (l.60-64) – *Somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo que é-nos próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural a fim de que protejamo-nos contra ele.*

(E) "Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade." (l.65-67) – *Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, teria eterno movimento, mas não objetividade.*

Letra c.

(A) Errado. A troca do pronome relativo "que" por "o qual" não conservou a preposição "de", exigida por "necessitar".

(B) Errado. A expressão "aonde" não se contrai à preposição "de".

(C) Certo. A oração subordinada desenvolvida "que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio" foi substituída por sua versão reduzida "jamais o mesmo homem poder cruzar o mesmo rio", preservando-se totalmente a correção gramatical.

(D) Errado. Fator de atração, o pronome relativo "que" impede a ênclise em "que nos é próprio". Idêntico fato ocorre com a locução subordinativa "a fim de que", também fator de atração, impedindo a ênclise em "protejamo-nos".

(E) Errado. O verbo "ter", na norma-padrão da Língua Portuguesa, não é empregado na acepção de "existir".

9

Assinale a alternativa em que o valor semântico do fragmento destacado é corretamente indicado.

(A) "...dotados da durabilidade de que Locke necessitava **para o estabelecimento da propriedade**..." (l.8-9) – destino

(B) "**Devidamente usadas**, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez..." (l.12-14) – comparação

(C) "A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, **embora não o consuma**, o desgasta." (l.17-19) – oposição

(D) "Mas, embora este possa ser o fim inevitável de todas as coisas individuais no mundo, **sinal de que são produtos de um fabricante mortal**, não é tão certo que seja o destino final do próprio artifício humano..." (l.29-32) – restrição

(E) "...podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, **como a mesma cadeira e a mesma mesa**." (l.51-54) – conformidade

Letra c.

(A) Errado. O fragmento destacado apresenta valor semântico de finalidade.

(B) Errado. O fragmento destacado apresenta valor semântico de condição.

(C) Certo. O fragmento destacado apresenta valor semântico oposição, contraste.

(D) Errado. O fragmento destacado apresenta valor semântico de explicação.

(E) O fragmento destacado apresenta valor semântico de exemplificação.

10

Assinale a alternativa na qual a preposição é exigida por um vocábulo que a antecede no fragmento.

(A) "O trabalho de nossas mãos" (l.1)

(B) "durabilidade de que Locke necessitava" (l.8-9)

(C) "estabelecimento da propriedade" (l.9)

(D) "foi cortada para transformar-se" (l.26-27)

(E) "sua identidade no contato" (l.52)

Letra c.

(A) Errado. A preposição "de" não é exigência de nenhum vocábulo anterior. É empregada porque integra a estrutura da locução adjetiva "de nossas mãos".

(B) Errado. A preposição "de" não é exigência de nenhum vocábulo anterior, mas do verbo "necessitar", posterior a ela.

(C) Certo. A preposição "de" é exigência do vocábulo anterior "necessidade", encabeçando o complemento nominal "da propriedade".

(D) Errado. A preposição "para" não é exigência de nenhum vocábulo anterior. É empregada porque integra a estrutura de uma oração subordinada adverbial final.
(E) Errado. A preposição "em" não é exigência de nenhum vocábulo anterior. É empregada porque integra a estrutura de uma locução adverbial.

LÍNGUA INGLESA
ALEXANDRE HARTMANN

The Omicron wave of the coronavirus appears to be cresting in much of the country. But its economic disruptions have made a post-pandemic normal ever more elusive.

Forecasters have slashed their estimates for economic growth in the first three months of 2022. Some expect January to show the first monthly decline in employment in more than a year. And retail sales and manufacturing production fell in December, suggesting that the impact began well before cases hit their peak.

"Those are Omicron's fingerprints," said Constance L. Hunter, chief economist for the accounting firm KPMG. "It will slow growth in the beginning of the first quarter."

On Monday, global markets fell sharply, continuing a spate of recent declines; the S&P 500 was down more than 10 percent from its early-year high, the standard definition of a correction. Market analysts said the declines reflected fears that the Federal Reserve might need to respond more aggressively than expected to rapidly rising prices — a prospect that some economists say has been made more likely by Omicron.

Recovery prospects in the longer run are uncertain. Some economists say even temporary job losses could force consumers to pull back their spending, especially now that federal programs that helped families early in the pandemic have largely ended. Others worry that Omicron could compound supply-chain backlogs both in the United States and overseas, prolonging the recent bout of high inflation and putting pressure on the Fed to act.

But some see Omicron as the equivalent of a severe winter storm, causing disruptions and delays but ultimately doing little permanent economic damage. The recovery has proved resilient so far, they argue, and has enough underlying momentum to carry it through.

"There are so many potential ways that this could go," said Tara Sinclair, an economist at George Washington University. "We didn't even agree on where we were going without Omicron, and then you throw Omicron on top."

Omicron is aggravating labor shortages.

More than 8.7 million Americans weren't working in late December and early January because they had Covid-19 or were caring for someone who did, according to the latest estimate from the Census Bureau's experimental Household Pulse Survey. Another 5.3 million were taking care of children who were home from school or day care. The cumulative impact is larger than at any other point in the pandemic.

Covid-related absences are creating headaches for businesses that were struggling to hire workers even before Omicron. Restaurants and retail stores have cut back hours. Broadway shows called off performances. Airlines canceled thousands of flights over the holidays because so many crew members called in sick; on one day last month, nearly a third of United Airlines workers at Newark Liberty International Airport, a major hub, called in sick.

At Designer Paws Salon, a pet grooming company with two locations in the Columbus, Ohio, area, business has been strong in recent months, thanks in part to a pandemic boom in pet ownership. But Misty Gieczys, the company's founder and chief executive, has been struggling to fill 11 positions despite generous benefits and pay that can reach $95,000 a year in commissions and tips.

Omicron has only made things worse, she said. Since Christmas, she has received only three job applications, and just one applicant got back to her after she reached out. Then Ms. Gieczys, who has two young daughters, got Covid-19 herself for the second time, forcing her to stay home. That, on top of day care shutdowns because of the virus, has meant she has spent a significant amount of time away from work. "If I wasn't the owner, I think I would be fired, honestly," she said.

But while the Omicron wave has contributed to businesses' staffing woes, there is little sign so far that it has set back the job market recovery more generally. New filings for unemployment insurance have risen only modestly in recent weeks, suggesting that employers are holding on to their workers. Job postings on the career site Indeed have edged down only slightly from record highs.

"It's a vast difference from 2020, where there were mass layoffs," said Jason Furman, a Harvard economist who was an adviser to President Barack Obama. "Now employers are holding onto people because they expect to be in business in a month."

Source: https://www.nytimes.com/2022/01/24/business/economy/omicron-economy.html

11

The pronoun “Others” in “Others worry that…” refers to
(A) prospects.
(B) economists.
(C) losses.
(D) consumers.
(E) federal programs.

Letra b.

O pronome “others” (com S) refere-se a um substantivo plural (outros, outras). O referente correto é “economists”: “Some economists say even temporary job losses could (…). Others worry that Omicron could” — atente para o modal “could”, utilizado duas vezes nesses trechos. O sujeito na primeira frase é “Some economists” [Alguns economistas]; na segunda frase, “Others” refere-se a **outros economistas**.

12

Based on the information provided in the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

( ) Forecasters have cut their estimates for economic growth in the first quarter of 2022.
( ) Market analysts believe the Federal Reserve will respond more aggressively than expected to soaring prices.
( ) Some economists say even temporary job losses could keep consumers from spending.

The statements are, respectively:
(A) T, T, T.
(B) F, T, T.
(C) F, T, F.
(D) F, F, T.
(E) T, F, F.

Letra e.

A primeira assertiva é paráfrase de “Forecasters have slashed their estimates for economic growth in the first three months of 2022.” [Os analistas diminuíram suas estimativas para crescimento econômico nos três primeiros meses de 2022.] O verbo “slash” foi substituído por “cut” (reduzir); e o fragmento “three months” por “quarter”. As demais assertivas foram alteradas erradamente: a segunda afirma, “Os analistas acreditam que o Banco Central responderá mais agressivamente do que esperado à disparadas dos preços” — o texto afirma, “Market analysts said the declines reflected fears that the Federal Reserve might need to respond more aggressively than expected to rapidly rising prices.” [Os analistas de mercado afirmaram que as quedas refletiram os temores de que o Banco Central pode precisar responder mais agressivamente do que esperado à disparada dos preços.]. A terceira assertiva afirma, “Some economists say even temporary job losses could keep consumers from spending.” [Alguns economistas afirmam que mesmo as perdas temporárias de empregos podem impedir que os consumidores gastem seus dinheiros] — o texto afirma, “Some economists say even temporary job losses could force consumers to pull back their spending.” [Alguns economistas afirmam que mesmo as perdas temporárias de emprego podem forçar os consumidores a conter suas despesas.]

13

The text states, “on one day last month, nearly a third of United Airlines workers at Newark Liberty International Airport, a major hub, called in sick.” The fragment “nearly a third” could be correctly replaced, without any change in meaning, with
(A) about 33%.
(B) over 33%.
(C) precisely 33%.
(D) fewer than 33%.
(E) half of a third.

Letra a.

“nearly a third” significa “aproximadamente um terço” ou “aproximadamente 33%” (about 33%). As demais alternativas erram: (B) mais de 33%; (C) precisamente 33%; (D) menos de 33%; (E) metade de um terço.

14

The text states, “But Misty Gieczys, the company’s founder and chief executive, has been struggling to fill 11 positions.” In other words, the founder and chief executive of Designer Paws Salon has been
(A) rejecting the idea.
(B) refusing.
(C) opposing.
(D) striving.
(E) disapproving the idea.

Letra d.

A empresa chama-se “Designer Paws Salon” (informação encontrada na primeira frase do parágrafo). O verbo “struggle”, neste contexto, significa **try hard** (= lutar, esforçar-se). As demais alternativas erram: (A) rejeitando a ideia; (B) recusando; (C) opondo-se; (E) desaprovando a ideia.

MATEMÁTICA FINANCEIRA
MARCELO LEITE

15

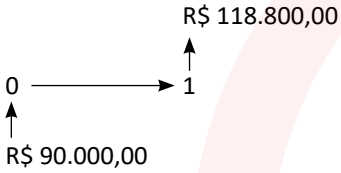
Um projeto consiste em um investimento de R$ 90.000 e retorno, após 1 ano, de R$ 118.800,00. Com base nessa afirmação, é correto afirmar que a Taxa Interna de Retorno (TIR) desse projeto é igual a:

(A) 30%.
(B) 32%.
(C) 34%.
(D) 36%.
(E) 38%.

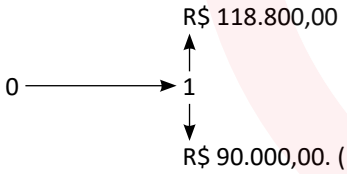
Letra b.

A TIR representa a taxa que consegue anular o fluxo de caixa, isto é, valor presente das entradas = valor presente das saídas.

Para fazer essa comparação, os valores das entradas e saídas deverão estar em uma mesma data. Assim, teremos:



Para levar a entrada de R$ 90.000,00 para data 1, é só fazer uma capitalização, isto é, multiplicar por $(1 + i)^1$. Assim, na data 01, a saída corresponderá a 90.000. $(1 + i)^1$. Construindo o fluxo, teremos:



Agora é só igualar, na data 1, a entrada com a saída. Assim, teremos:

$90.000.(1 + i) = 118.800$

$$1 + i = \frac{118.800}{90.000}$$

$1 + i = 1,32$
$i = 1,32 – 1$
$i = 0,32$
$i = 32\%$.

Então, a taxa que consegue igualar a entrada com a saída, isto é, a TIR, corresponde a 32%.

Você poderia fazer essa questão de outra maneira mais rápida, pois esse projeto possui APENAS uma entrada e uma saída.

Saída: R$ 90.000,00
Entrada: R$ 118.800,00
Ganho: R$ 118.800 – R$ 90.000 = R$ 28.800,00

Fazendo a proporcionalidade, tomando como base o valor da saída, teremos:

Valor (R$)	Porcentagem
90.000	100% (Valor da saída)
28.800	X (Ganho)

$90.000.X = 2880000$

$$X = \frac{2880000}{90000}$$

$X = 32\%$

16

Uma televisão custa R$ 1.750 à vista, porém ela pode ser paga, a prazo, em duas parcelas antecipadas mensais e consecutivas de R$ 1.000,00. Com base nessas informações, é correto concluir que a taxa efetiva ao mês cobrada nesse financiamento apresenta mais próximo de:

(A) 29%.
(B) 30%.
(C) 31%.
(D) 32%.
(E) 33%.

Letra e.

De acordo com o texto, tem-se:

Como o financiamento é antecipado, logo a 1ª parcela é paga no ato. Assim, devemos inicialmente abater a 1ª parcela, isto é, R$ 1.000,00 do valor à vista. Logo, após o pagamento da 1ª parcela, o débito será de R$ 750, que será quitado ao realizar o pagamento da 2ª parcela, de R$ 1.000,00. Fazendo um fluxo, teremos:

O autor quer saber qual é a taxa que aplicada sobre o R$ 750 irá gerar R$ 1.000 em um mês, isto é, qual é a taxa que gera o aumento de R$ 250 em relação ao R$ 750.

Fazendo a proporcionalidade, teremos:

Valor (R$)	Porcentagem
750	100%
250	X

$750.X = 25000$

$$X = \frac{25000}{750}$$

$X = 33,3\%$

17

Marcia procurou uma instituição financeira para realizar um empréstimo de R$ 200.000,00, que será amortizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a juros de 36% ao ano capitalizados mensalmente, quitando em 50 prestações mensais. Após pagar a 20ª prestação, Marcia volta à instituição e resolve financiar o saldo devedor do 1º empréstimo em 30 parcelas mensais, porém utilizando o Sistema Francês. Considerando que, nesse último financiamento, foi utilizada taxa de 2% ao mês, então o valor da última prestação será igual a:
Utilize a aproximação $1{,}02^{30} = 2$
(A) R$ 4.800,00.
(B) R$ 4.000,00.
(C) R$ 80.000,00.
(D) R$ 5.200,00.
(E) R$ 3.900,00.

Letra a.

Inicialmente devemos encontrar o saldo devedor após o pagamento da 20ª prestação. Lembre-se de que o 1º financiamento foi amortizado pelo SAC, sendo que esse possui amortização constante. Assim, iremos calcular o valor amortizado em cada prestação.

$$\text{Cota de Amortização} = \frac{Valor\ Financiado}{n^o\ de\ parcelas}$$

$$\text{Cota de Amortização} = \frac{R\$\ 200.000}{50} = \text{R\$ 4.000,00}$$

Como Marcia pagou 20 parcelas, logo ela amortizou 20 x R$ 4.000,00 = R$ 80.000. Assim, o saldo devedor, após pagar a 20ª parcela, será igual a R$ 200.000 – R$ 80.000 = R$ 120.000,00.
Esse valor será financiado utilizando o Sistema Francês, assim teremos:
Valor Financiado (VF): R$ 120.000
Taxa: 2 % ao mês.
Número de parcelas (n): 30
Valor da prestação: P
Utilizando a fórmula que relaciona valor financiado com o valor da prestação, teremos:
VF = P x an/i, onde:

$$an/i = \frac{(1+i)^n - 1}{(1+i)^n . i}$$

Assim, teremos:

$$a30/2\% = \frac{(1+2\%)^{30} - 1}{(1+2\%)^{30} . 2\%}$$

$$a30/2\% = \frac{1{,}02^{30} - 1}{1{,}02^{30} . 0{,}02}$$

$$a30/2\% = \frac{2 - 1}{2 . 0{,}02}$$

$$a30/2\% = \frac{1}{0{,}04}$$

a30/2% = 25

Substituindo, teremos:
VF = P x an/i
120.000 = P x a30/2%
120.000 = P x 25

$$\frac{120.000}{25} = P$$

R$ 4.800,00 = P
As prestações são constantes no Sistema Francês; assim, da 1ª até a última prestação serão R$ 4.800,00.

18

Considere que Lúcio procurou uma instituição financeira para realizar um empréstimo de R$ 7.200. Após 2 anos de capitalização composta, sem que houvesse qualquer aporte ou retirada, o montante dessa aplicação era de R$ 12.168,00. Caso a taxa anual contratada permaneça constante ao longo do período citado, então essa taxa corresponde a:
(A) 27,2%.
(B) 28,6%.
(C) 30%.
(D) 69%.
(E) 43,2%.

Letra c.

De acordo com o texto, tem-se:
Capital (C): R$ 7.200,00.
Taxa (i): i% ao ano.
Tempo (t): 2 anos.
Montante (M): R$ 12.168,00.
Utilizando a fórmula do montante composto, teremos:
$M = C.(1 + i)^t$
$12.168 = 7.200.(1 + i)^2$

$$\frac{12.168}{7.200} = (1 + i)^2$$

$1{,}69 = (1 + i)^2$

$$\frac{169}{100} = (1 + i)^2$$

$$\sqrt{\frac{169}{100}} = 1 + i$$

$$\frac{13}{10} = 1 + i$$

$1{,}3 = 1 + i$
$1{,}3 – 1 = i$
$0{,}3 = i$
i = 30% ao ano.

19

No regime de juros compostos, a taxa nominal de 42% ao ano capitalizados semestralmente é equivalente a taxa trimestral igual a:

(A) 21%.
(B) 10,5%.
(C) 12%.
(D) 10%.
(E) 5%.

Letra d.

De acordo com o texto, tem-se:

A taxa citada no texto é nominal, logo devemos trazer a taxa, de forma proporcional, para a capitalização, assim teremos:

1 ano tem 2 semestres

42% ao ano, capitalizados semestralmente = 42:2 = 21% ao semestre (esse valor será utilizado nos cálculos).

Assim, teremos:

21% ao semestre é equivalente a i% ao trimestre

Fazendo a tabela, teremos:

Tenho	Quero
21% ao semestre	iQ% ao trimestre
2 Períodos	1 Período

Utilizando a fórmula que realiza a conversão entre as taxas, teremos:

$(1 + i_Q)^T = (1 + i_T)^Q$

Onde,

i_Q: Taxa que QUERO

i_T: Taxa que TENHO

T: Períodos que TENHO

Q: Períodos que QUERO

Assim, teremos:

$(1 + i_Q)^T = (1 + i_T)^Q$

$(1 + i_Q)^2 = (1 + 21\%)^1$

$(1 + i_Q)^2 = 1{,}21$

$$(1 + i_Q)^2 = \frac{121}{100}$$

$$1 + i_Q = \sqrt{\frac{121}{100}}$$

$$1 + i_Q = \frac{11}{10}$$

$1 + i_Q = 1{,}1$

$i_Q = 1{,}1 - 1$

$i_Q = 0{,}10$

$i_Q = 10\%$ ao trimestre.

CONTROLE EXTERNO
ELLEN VERRI

20

Legitimidade é uma característica atribuída a tudo aquilo que cumpre o que é imposto pelas normas legais e é considerado um bem para a sociedade, ou seja, tudo que é legítimo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, qualquer _____, _____, _____ ou _____ é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

(A) cidadão, gestor, associação ou sindicato.
(B) pessoa jurídica, partido político, associação ou sindicato.
(C) pessoa física, partido político, associação ou sindicato.
(D) cidadão, partido político, associação ou sindicato.
(E) representante, partido político, associação ou sindicato.

Letra d.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 74, parágrafo segundo, "qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

21

O Controle Externo pode ser conceituado como o tipo de controle realizado pelo órgão fiscalizador que se situa em Administração diversa daquela de onde a conduta administrativa se originou. Acerca do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que o exame:

(A) da legitimidade dos atos administrativos deve ficar adstrito à aferição da compatibilidade destes atos com as leis emanadas pelo Poder Legislativo.
(B) da legalidade permite a investigação da escolha arbitrária de avaliação da conveniência e oportunidade da realização da despesa pública.
(C) da economicidade compreende a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.
(D) da moralidade e da impessoalidade dos atos administrativos é exclusivo do controle externo exercido pelo Poder Legislativo e do controle interno exercido pelo Sistema de Controle Interno de cada poder.
(E) da aplicação de subvenções alcança os recursos repassados a outros entes federativos por meio de convênios, mas não os transferidos a particulares.

Letra c.

Segundo o Manual de Auditoria de Desempenho do TCU, economicidade é a "minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade" (TCU, 1998). Assim sendo, o exame da economicidade implica uma avaliação qualitativa, que será feita sopesando-se os custos e os resultados, para o conjunto da sociedade, tendo em vista as alternativas disponíveis no momento da decisão quanto à alocação dos recursos. Por isso, o nosso gabarito é a letra C.

22

A doutrina enumera tipos diversos de controle da Administração Pública, conforme sua origem; o momento de realização; seu aspecto controlado; e sua amplitude. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica a classificação utilizada como fundamento ou amplitude do controle.

(A) Controle interno, controle externo e controle social.
(B) Controle finalístico e controle hierárquico.
(C) Controle de legalidade (ou de legitimidade) e controle de mérito.
(D) Controle prévio (ou *a priori*), controle concomitante (*pari passu*) e controle subsequente (ou *a posteriori*).
(E) Controle de legitimidade e controle posterior (ou corretivo).

Letra b.

A classificação utilizada como fundamento ou amplitude do controle é de controle hierárquico e de controle finalístico. O controle hierárquico usa a hierarquia como o motivo de existir um controle. Portanto, pode-se dizer que um órgão superior possui controle de um órgão hierarquicamente inferior, sendo competente para revisar e rever os atos realizados pelo órgão subordinado. Por outro lado, o controle finalístico é a forma de controle que não utiliza a hierarquia como embasamento para controlar. Portanto, podemos citar o caso das entidades administrativas, como uma autarquia federal, por exemplo, que a União exerce controle finalístico. Afinal, não se pode dizer que a autarquia é hierarquicamente inferior, mas, por ser uma empresa que realiza atividades públicas, existe a necessidade de ter um certo controle.

23

Após a apreciação das contas do prefeito da cidade de Miracema-TO, o Tribunal de Contas do Estado emitiu um parecer negativo pela rejeição das contas, devido às suspeitas de irregularidades na gestão do referido prefeito. Na situação apresentada, pode-se afirmar que o referido parecer é:

(A) quase-vinculante.
(B) totalmente vinculante.
(C) não deve ser observado.
(D) julgador das contas do prefeito.
(E) judicial.

Letra a.

O Chefe do Poder Executivo Municipal, em decorrência de exercer a administração dos recursos públicos, está obrigado a prestar contas, sujeitando-se ao sistema de controle externo, cuja previsão é de índole constitucional (art. 31 da CF/88), com atribuição cometida à Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas. Segundo o artigo 31 da Carta Magna, o Parecer Prévio sobre as contas anuais de Prefeito Municipal só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, sendo, por isso, quase vinculante.

24

Ao receber representação sobre ilegalidades por parte de uma licitante que concorria à concessão de transporte coletivo, o Tribunal de Contas da União fixou um prazo para que a tal ilegalidade fosse corrigida no prazo de 30 dias e que fossem tomadas todas as providências necessárias para o fiel cumprimento da Lei.

Nessa situação, o Tribunal de Contas da União está atuando, respectivamente, de acordo com as funções:

(A) participativa e normativa.
(B) consultiva e pedagógica.
(C) informativa e sancionadora.
(D) fiscalizadora e judicante.
(E) ouvidoria e corretiva.

Letra e.

A Função de Ouvidoria incumbe-se da responsabilidade do Tribunal de Contas em receber denúncias e representações relativas a irregularidade ou ilegalidade que lhe sejam comunicadas pelos responsáveis pelo controle interno, por autoridades, cidadãos, partidos políticos, associações e sindicatos. A função Corretiva aduz que, caso ocorra ilegalidade ou irregularidade nos atos de gestão de quaisquer órgãos ou entidade pública, caberá ao Tribunal de Contas fixar o prazo para cumprimento da lei.

25

Controle pode ser conceituado como o domínio ou poder de fiscalizar e administrar determinada coisa; ter o controle da situação é dominar ou ter o poder sobre o que está acontecendo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, uma das finalidades do controle interno é:

(A) definir metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
(B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, exceto a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
(C) autorizar as operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
(D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
(E) integrar a gestão e a administração financeira pública na busca da economicidade.

Letra d.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, "Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar(não é definir) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como(não é exceto) da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle (não é autorizar) das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (gabarito correto)".

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEONARDO ALBERNAZ

26

Em relação às dimensões do desempenho, passíveis de aferição em programas de governo e políticas públicas, analise as assertivas abaixo e identifique a alternativa com a sequência correta.

I – Economicidade não se relaciona aos produtos entregues pela ação governamental.
II – Eficácia diz respeito à mudança na realidade social e econômica causada pelos bens e serviços públicos.
III – Eficácia se relaciona à quantidade e à qualidade dos bens e serviços públicos.

(A) E, C, C.
(B) C, E, E.
(C) C, C, E.
(D) C, E, C.
(E) E, C, E.

Letra d.

A primeira afirmativa está correta, porque a economicidade se refere ao custo dos insumos, e não se relaciona aos produtos que deles derivam. A segunda afirmativa está errada, porque é a efetividade que se refere à mudança na realidade social e econômica. A terceira afirmativa está correta, porque eficácia pode ser entendida como a entrega dos produtos (bens e serviços) conforme planejado, em termos de quantidade, qualidade e prazo. Assim, a sequência é C – E – C, como indicada na alternativa D.

27

Sobre a evolução da administração pública brasileira e suas experiências de reforma, examine as alternativas seguintes e assinale a única afirmativa incorreta.

(A) A Reforma do Dasp promoveu uma modernização de caráter burocrático no Brasil.
(B) A Reforma do Decreto-Lei n. 200, de 1967, buscava superar as ineficiências decorrentes da rigidez burocrática.
(C) A Reforma Gerencial teve o caráter inédito de se preocupar com o usuário do serviço público.
(D) O Gespública tinha como foco a excelência na prestação de serviços públicos.
(E) A Constituição, em sua forma original, reafirmava diversos princípios burocráticos de administração pública.

Letra c.

Os itens A, B, D e E se referem, corretamente, a aspectos relacionados à evolução da administração pública brasileira, destacando pontos importantes de reformas

e programas de qualidade no serviço público, além de identificar um aspecto relevante sobre a própria Constituição. Assim, resta incorreta somente a alternativa C, porque o primeiro programa a se preocupar com o usuário do serviço público foi o Programa Nacional de Desburocratização, do final dos anos 1970. A Reforma Gerencial também tinha esse foco, mas sem o caráter de ineditismo que o item C menciona.

28

Com base no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, identifique o item incluso nos objetivos globais da Reforma Gerencial, proposta em 1995 pela Câmara da Reforma do Estado.

(A) Aumentar a governabilidade do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência.
(B) Concentrar, de forma preferencial, as políticas públicas na União.
(C) Transferir para os municípios as ações de caráter regional.
(D) Transferir para o setor público não-estatal as atividades de regulação e fiscalização.
(E) Limitar a atuação do estado ao Núcleo Estratégico e às Atividades Exclusivas de Estado.

Letra e.

Está correto somente o item E, pois o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado propunha a redefinição do papel do Estado, nos seguintes termos: "limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os Serviços Não-Exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a Produção de Bens e Serviços para o Mercado para a iniciativa privada". Com isso, restaria ao Estado essencialmente a atuação relacionada ao Núcleo Estratégico e ao Setor de Atividades Exclusivas. Além disso, o PDRAE tinha como objetivos globais o fortalecimento da governança pública e, ainda, a descentralização das ações de governo em termos federativos: "transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local" e "transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União" – tornando, assim, erradas as demais alternativas.

29

O conceito que se refere à capacidade de um governo de equacionar as diferentes visões e interesses conflitantes em uma sociedade, definindo caminhos a serem seguidos com base em sua autoridade política perante o povo de um país, é:

(A) Governança Pública.
(B) Governabilidade.
(C) Accountability.
(D) Capacidade econômica, técnica e administrativa.
(E) Capacidade de formular, implementar e avaliar políticas públicas.

Letra b.

Está correto o item B, porque o conceito descrito no enunciado equivale ao de governabilidade, que pode ser entendida como a "própria autoridade política ou legitimidade possuída pelo Estado para apresentar à sociedade civil e ao mercado um amplo projeto para aquela determinada nação". As demais alternativas trazem conceitos distintos e, portanto, incorretos para descrever a ideia do enunciado, embora também relacionados à ideia de capacidades governativas.

30

Caso uma política pública se destine a atender um público definido, identificado como prioritário em relação a determinada intervenção de governo, pode-se dizer que se trata de uma política:

(A) distributiva.
(B) redistributiva.
(C) focalizada.
(D) universalizada.
(E) regulatória.

Letra c.

Se a política pública se destina a toda a população, pode-se dizer que tem caráter universal; porém, se ela se destina a um subgrupo prioritário dessa mesma população, ela tem caráter focalizado. Assim, está correta somente a alternativa C. Além disso, as alternativas A, B e E se referem a categorias da Tipologia de Lowi, que analisa como o objetivo das intervenções governamentais leva a configurações diferentes de arenas políticas, o que também não corresponde à descrição do enunciado.

DIREITO CONSTITUCIONAL
RICARDO BLANCO

31

Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

(A) fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.

(B) desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.

(C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.

(D) a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.

(E) todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Letra c.

(A) Errado. Art. 5º, CF, XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(B) Errado. Art. 150, CF, § 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

(C) Certo. Art. 5º, CF, XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(D) Errado. Art. 5º, CF, XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(E) Errado. Art. 5º, CF, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

32

Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal:

(A) autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas

(B) proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.

(C) assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.

(D) veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.

(E) impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.

Letra a.

(A) Certo. Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

(B) Errado. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto; § 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

(C) Errado. Art. 5º, CF, VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

(D) Errado. Art. 5º, CF, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

(E) Errado. Art. 5º, CF, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

33

É cabível a impetração de habeas corpus:

(A) pelo condenado, ainda quando já extinta a pena privativa de liberdade.

(B) ainda quando apenas pessoa jurídica figurar como paciente na ação.

(C) por pessoa jurídica em favor de pessoa física.

(D) cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas.

(E) pelo condenado relativo a processo em curso, ainda que por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada

Letra c.

(A) Errado. Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade (Súmula n. 695, STF).

(B) Errado. O habeas corpus não pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica, pois o writ tem por objetivo salvaguardar a liberdade de locomoção (STJ, HC 306117/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, Julgado em 16/04/2015).

(C) Certo. A jurisprudência admite a impetração de habeas corpus por pessoa jurídica para beneficiar pessoa física.

(D) Errado. Não se conhece de recurso de habeas corpus cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção (Súmula n. 395, STF).

(E) Certo. Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada (Súmula n. 693, STF).

34

À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre os direitos sociais:

(A) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.

(B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) a lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, exigindo-se, ainda, o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical para o cumprimento de sua finalidade.

(E) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Letra b.

(A) Errado. Art. 8°, CF, VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(B) Certo. Art. 8°, CF, III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(C) Errado. Art. 8°, CF, VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) Errado Art. 8°, CF, I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(E) Errado. Art. 8°, CF, VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

35

Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.

(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

(C) proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

(D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

Letra b.

(A) Errado. Art. 7º, CF, XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

(B) Certo. Art. 7º, CF, V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

(C) Errado. Art. 7º, CF, XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

(D) Errado. Art. 7º, CF, XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(E) Errado. Art. 7º, CF, II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

DIREITO ADMINISTRATIVO
RICARDO BLANCO

36

O termo Administração Pública comporta diversos sentidos, a depender do critério adotado para sua conceituação. Pode-se definir Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. Deixando-se de lado a Administração Pública em sentido amplo, é possível conceituá-la a partir de dois critérios, o subjetivo e o objetivo, que compreendem:

(A) os órgãos governamentais e os órgãos administrativos, como a função política e a administrativa propriamente dita.
(B) os órgãos governamentais e a função política, em especial a partir da judicialização das políticas públicas, ocorrida pelo aumento em extensão e profundidade do controle judicial do ato administrativo.
(C) as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem função administrativa, excluindo-se as pessoas jurídicas que compõem a administração indireta sujeitas a regime jurídico de direito privado.
(D) as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem a função administrativa e a atividade administrativa por eles exercida, ou seja, a função administrativa propriamente dita.
(E) as entidades administrativas fazem parte do conceito objetivo de administração pública.

Letra d.

(A) Errado. Conceito subjetivo é quem executa as atividades de Estado (órgãos, Entidades administrativas e agentes públicos) e o conceito objetivo é o que é executado (o serviço público).
(B) Errado. A função política seria o sentido amplo.
(C) Errado. Não exclui as pessoas jurídicas de direito privado.
(D) Certo. Conceito subjetivo é quem executa as atividades de Estado (órgãos, entidades administrativas e agentes públicos) e o conceito objetivo é o que é executado (o serviço público).
(E) Errado. Elas fazem parte do conceito Subjetivo de administração.

37

A Administração indireta pode ser estruturada por meio da:

(A) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, que não guardam vínculo hierárquico com a Administração direta.
(B) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
(C) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, todas criadas por meio de lei.
(D) criação de órgãos integrantes de sua estrutura, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
(E) desconcentração centralizada.

Letra a.

(A) Certo. A administração indireta possui um controle finalístico em relação aos entes federativos.
(B) Errado. Não existe hierarquia com os entes federativos
(C) Errado. Autarquia é criada por lei, porém empresa pública e sociedade de economia mista são autorizadas por lei.
(D) Errado. Os órgãos são subordinados aos entes federativos.
(E) Errado. A administração indireta é descentralização por outorga legal.

38

Um município editou uma lei criando uma pessoa jurídica para integrar a Administração Pública Indireta. Dessa informação conclui-se que o Município criou uma:

(A) autarquia, pessoa jurídica de direito público que pode prestar serviços públicos.
(B) fundação, pessoa jurídica sujeita ao regime jurídico de direito privado ou de direito público, conforme possua ou não finalidade lucrativa.
(C) sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade deve ser obrigatoriamente a prestação de serviços públicos.
(D) empresa estatal, sujeita ao regime jurídico de direito público ou privado, conforme o que constar da lei instituidora do ente.
(E) autarquia que pode explorar atividade econômica em nome do Estado.

Letra a.

(A) Certo. Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público prestadora de serviço público.
(B) Errado. A Fundação não pode ter fins lucrativos.
(C) Errado. Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito privado.
(D) Errado. As empresas estatais são pessoas jurídicas de direito privado.
(E) Errado. A exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por uma empresa pública e uma sociedade de economia mista.

39

Ao apurar atos, supostamente em desconformidade com o respectivo estatuto funcional, praticados por servidor no exercício de suas atribuições, age a Administração em adequação com o poder:

(A) de polícia.
(B) regulamentar.
(C) discricionário.
(D) disciplinar.
(E) normativo

Letra d.

(A) Errado. O poder de polícia atua na restrição de direitos.
(B) Errado. O poder regulamentar é a capacidade do chefe do executivo de editar decretos.
(C) Errado. O poder discricionário permite à autoridade julgar o mérito administrativo.
(D) Certo. O poder disciplinar é a capacidade da administração de aplicar penalidades aos seus agentes ou aqueles que possua um vínculo com a administração como são os contratados.
(E) Errado. O poder normativo é a edição de atos normativos (portaria, decretos, instrução normativa).

40

O "mérito administrativo" mostra-se compatível com o poder:

(A) discricionário e com o elemento "competência" do ato administrativo.
(B) discricionário e com o elemento "motivo" do ato administrativo.
(C) vinculado e com o elemento "forma" do ato administrativo.
(D) vinculado e com o elemento "finalidade" do ato administrativo.
(E) vinculado e com o elemento "motivo" do ato administrativo.

Letra b.

(A) Errado. Competência é vinculado.
(B) Certo. O motivo e o objeto podem ser ou vinculado ou discricionário.
(C) Errado. Forma é sempre vinculado.
(D) Errado. Finalidade é sempre vinculado.
(E) Errado. O mérito tem a ver com o ato vinculado.

DIREITO CIVIL
CARLOS ELIAS

41

Uma empresa despeja frequentemente determinados dejetos em um rio. Não havia nenhuma lei proibindo o ato. Se, porém, sobrevier uma lei proibindo e estabelecendo punições no caso de infração:

(A) a empresa poderá continuar poluindo, pois nova lei não pode atingir direito adquirido.
(B) a empresa poderá ser punida pelos atos praticados antes da nova lei, pois a nova lei pode ter eficácia contra atos anteriores.
(C) a empresa, após a nova lei, estará proibida de despejar dejetos no rio.
(D) se a empresa tiver feito elevados investimentos para instalar seu parque industrial no local, ela terá direito a continuar lançando os dejetos no rio, sob pena de violação à boa-fé.
(E) a empresa só poderá continuar jogando dejetos no rio pelo prazo de um ano após a entrada em vigor da nova lei, pois é razoável conceder esse prazo de suspiro para a empresa mudar de conduta.

Letra c.

A empresa não poderá mais poluir após a nova lei, pois não existe direito adquirido a regime jurídico. É irrelevante se a empresa tinha ou não feito grandes investimentos, pois ela não tem direito adquirido a continuar sujeita ao mesmo regime jurídico ambiental. Todavia, atos anteriores não podem ser atingidos pela nova lei por serem atos jurídicos perfeitos. A empresa, pois, não pode ser punida pelos atos anteriores.

42

Se alguém tem uma falsa representação da realidade e acaba adquirindo um produto com características diversas da que seria desejada se não tivesse havido essa falsa representação da realidade, esse fato poderia ensejar a anulação do negócio jurídico por:

(A) lesão.
(B) estado de perigo.
(C) coação.
(D) erro.
(E) simulação.

Letra d.

A questão trata de caso de erro (art. 138, CC), que envolve uma falsa representação da realidade.

43

Em 15 de fevereiro de 2020, André completou 12 anos de idade. Enquanto passeava com seu pai para celebrar a ocasião, André foi atingido por um cinzeiro caído de um edifício particular. André pode pretender a reparação civil dos danos sofridos até:

(A) 15 de fevereiro de 2023.
(B) 15 de fevereiro de 2024.
(C) 15 de fevereiro de 2026.
(D) 15 de fevereiro de 2027.
(E) 15 de fevereiro de 2029.

Letra d.

O prazo prescricional é de 3 anos da data do fato (15/02/2020). Todavia, o prazo fica suspenso até André completar 16 anos, pois não corre a prescrição contra o absolutamente incapaz. Como André tem 12 anos, o prazo prescricional ficou suspenso até 15/02/2024. Contando o triênio prescricional, tem-se que a ação de reparação poderá ser movida até 15/02/2027, sob pena de ser extinta por prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
LÍDIA MARANGON

44

Sobre os atos judiciais, assinale a alternativa correta.

(A) Sentença é qualquer pronunciamento judicial de natureza decisória.
(B) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz.
(C) O acórdão é uma das espécies de pronunciamento do juiz.
(D) Os despachos e as decisões interlocutórias não necessitam ser publicados no Diário de Justiça Eletrônico, sendo tal exigência exclusiva das sentenças.
(E) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

Letra e.

(A) Errado. Art. 203, § 1º, CPC. Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.
(B) Errado. Art. 203, § 4º, CPC. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.
(C) Errado. Art. 204, CPC. Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.
(D) Errado. Art. 205, § 3º, CPC. Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.
(E) Certo. Art. 203, CPC. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

45

Sobre jurisdição, assinale a alternativa incorreta.

(A) A jurisdição é técnica de solução de conflitos por heterocomposição: um terceiro substitui a vontade das partes e determina a solução do problema apresentado.
(B) Segundo a característica da substitutividade, exercendo a jurisdição, o Estado substitui, com uma atividade sua, as atividades daqueles que estão envolvidos no conflito trazido à apreciação.
(C) A coisa julgada é situação jurídica que diz respeito exclusivamente às decisões jurisdicionais. Somente uma decisão judicial pode tornar-se indiscutível e imutável pela coisa julgada.
(D) O princípio da territorialidade também é conhecido como princípio da aderência ao território e está relacionado à limitação do exercício da jurisdição. Isso significa que o juiz somente pode exercer a jurisdição dentro do território nacional, de acordo com as regras próprias de competência.
(E) Segundo o princípio da Indelegabilidade da jurisdição, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito.

Letra e.

(A) Certo. A jurisdição é exercida por terceiro imparcial.
(B) Certo. Esse é o conceito de substitutividade da Jurisdição trazido por Chiovenda.
(C) Certo. Essa é a característica da definitividade.
(D) Certo. Esse é o conceito do princípio da territorialidade da jurisdição.
(E) Errado. Esse é o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

46

Sobre a coisa julgada material, assinale a alternativa correta.

(A) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

(B) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal, ainda que implicitamente decidida.

(C) Os motivos e a verdade dos fatos estabelecida como fundamentos da sentença fazem coisa julgada.

(D) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo, em regra, prejudicar terceiros.

(E) Ainda que haja decisão de mérito transitada em julgado, pode haver a repropositura da mesma demanda e a discussão, em qualquer outro processo com as mesmas partes, das questões decididas anteriormente.

Letra a.

(A) Certo. Art. 502, CPC. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

(B) Errado. Art. 503, CPC. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

(C) Errado. Art. 504, CPC. Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

(D) Errado. Art. 506, CPC. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

(E) Errado. Art. 508, CPC. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

A eficácia preclusiva da coisa julgada material impede não apenas a repropositura da mesma demanda, mas a discussão, em qualquer outro processo com mesmas partes, das questões decididas anteriormente.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO
RICARDO BLANCO

47

Assinale a opção incorreta.

(A) O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá decretar a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado.

(B) A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

(C) Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

(D) Os órgãos e entidades referidos no caput deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

(E) As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo.

Letra a.

(A) Errado. Art. 19. § 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

(B) Certo. Art. 21, parágrafo único. A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

(C) Certo. Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

(D) Certo. Art. 22, § 1º Os órgãos e entidades referidos no caput deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

(E) Certo. Art. 22, § 3º As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo.

48

Assinale a opção incorreta.

(A) Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

(B) A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

(C) Prescrevem em 3 anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(D) Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

(E) A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

Letra c.

(A) Certo. Art. 23. Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

(B) Certo. Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

(C) Errado. Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(D) Certo. Art. 25 Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

(E) Certo. Art. 26. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

49

Assinale a opção incorreta.

(A) A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

(B) Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

(C) O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

(D) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

(E) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

Letra e.

(A) Certo. Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

(B) Certo. Art. 28. Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

(C) Certo. Art. 29. O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

(D) Certo. Art. 2º. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

(E) Errado. Art. 3º. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

50

Assinale a opção incorreta.

(A) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

(B) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

(C) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

(D) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

(E) Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

Letra b.

(A) Certo. Art. 3º. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. Art. 3º, § 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

(B) Errado. Art. 4º. Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

(C) Certo. Art. 4º, § 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

(D) Certo. Art. 4º, § 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

(E) Certo. Art. 5º, § 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

ESTATÍSTICA
THIAGO FERNANDO

51

Considere os seguintes dados sobre os valores de contratos de obras públicas fiscalizadas por um tribunal de contas.

Valor	Quantidade
0 |– R$1 milhão	30
R$1 milhão |– R$2 milhões	15
R$2 milhões |– R$3 milhões	10
R$3 milhões |– R$4 milhões	5

O tipo de gráfico mais adequado para representar os dados da tabela acima é:

(A) histograma.

(B) diagrama de barras.

(C) diagrama de setores.

(D) diagrama de caixas.

(E) diagrama de ramos-e-folhas.

Letra a.

Como a variável foi fornecida na forma de dados em categorias ou faixas de valores, o gráfico mais adequado é o histograma.

O diagrama de barras deve ser utilizado para variáveis discretas, normalmente fornecidas como valores específicos, e não como faixas de valores. Mesma situação do diagrama de ramos e folhas.

O diagrama de setores deve ser usado para representar a frequência relativa; e o diagrama de caixas, para representar os quartis. Essas informações não foram fornecidas na tabela.

52

Um banco tem 100.000 clientes, que, quando organizados por classe social, apresentam a seguinte distribuição.

Classe Social	Quantidade
Alta Renda	6.000
Média Renda	34.000
Baixa renda	60.000

Desse modo, se o banco desejar fazer uma pesquisa de satisfação com seus clientes por meio de uma amostra de 1.000 clientes, o número de clientes de alta renda que devem ser selecionados é:

(A) 60.
(B) 120.
(C) 200.
(D) 250.
(E) 333.

Letra a.

O número de clientes na amostra provenientes do estrato de alta renda deve ser proporcional à população do estrato. Assim, teremos:

$$n = \frac{6000}{100000} \cdot 1000 = 60$$

53

Os desvios-padrão das variáveis X e Y são, respectivamente, iguais a 4 e 5. Sabe-se também que a covariância entre X e Y é igual a 10.

Desse modo, a variância da variável aleatória Z = 3X + 4Y é:

(A) 324.
(B) 382.
(C) 450.
(D) 576.
(E) 784.

Letra e.

Vamos primeiramente calcular as variâncias de X e Y.

$$Var\,(X) = 4^2 = 16$$
$$Var\,(Y) = 5^2 = 25$$

Por fim, vamos utilizar a expressão da variância da soma:

$$Var\,(3X + 4Y) = Var\,(3X) + Var(4Y) + 2.Cov\,(3X, 4Y)$$

Observe que, quando uma variável é multiplicada por uma constante **α** qualquer, a sua variância fica multiplicada por **α²**.

$$Var\,(3X + 4Y) = 3^2 \cdot Var\,(X) + 4^2 \cdot Var(Y) + 2.3.4.Cov\,(X, Y)$$

$$Var\,(3X + 4Y) = 9 \cdot Var\,(X) + 16 \cdot Var(Y) + 24.10$$

$$Var\,(3X + 4Y) = 9 \cdot 16 + 16 \cdot 25 + 240$$

$$Var\,(3X + 4Y) = 144 + 400 + 240 = 784$$

54

Em uma empresa, sabe-se que 10% dos funcionários não leem nenhuma revista. Sabe-se, ainda, que 60% dos funcionários leem a revista X; 50% dos funcionários leem a revista Y; e 60% dos funcionários leem a revista Z. Sabe-se, ainda, que 25% dos funcionários leem as revistas X e Y; 30% dos funcionários leem as revistas Y e Z; e 30% leem as revistas X e Z. Desse modo, podemos concluir que o percentual de funcionários que leem somente uma revista é:

(A) 10%.
(B) 15%.
(C) 20%.
(D) 25%.
(E) 30%.

Letra b.

Faltou apenas a informação de quantas pessoas leem as 3 revistas. Vamos obtê-la usando a probabilidade da união tripla.

$$P(X \cup Y \cup Z) = P(X) + P(Y) + P(Z) - P(X \cap Y) - P(X \cap Z) -$$

$$P(Y \cap Z) + P(X \cap Y \cap Z)$$

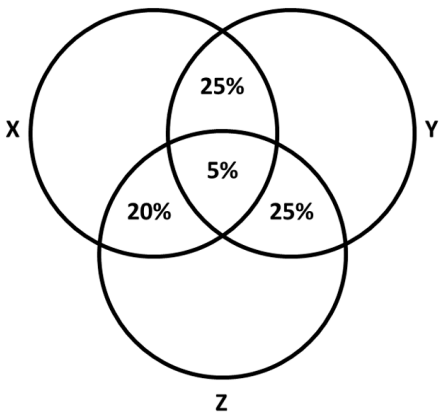
$$90\% = 60\% + 50\% + 60\% - 30\% - 30\% - 25\% + P(X \cap Y \cap Z)$$

$$90\% = 170\% - 85\% + P(X \cap Y \cap Z)$$

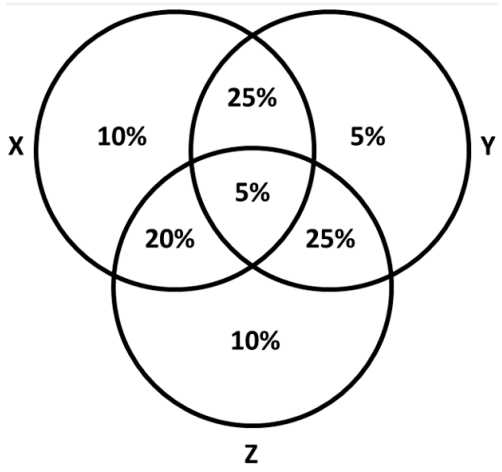
$$90\% = 85\% + P(X \cap Y \cap Z)$$

$$\therefore P(X \cap Y \cap Z) = 90\% - 85\% = 5\%$$

Assim, podemos montar o diagrama.



Lembrando que X = 60%; Y = 50%; e Z = 60%, temos:



Portanto, o total de pessoas que leram apenas uma revista foi de:

$$Total = 10\% + 5\% + 0\% = 15\%$$

55

Uma pesquisa foi feita com uma amostra aleatória simples de 2000 elementos atingindo um intervalo com 90% de confiança. Assinale a alternativa que indique o número de elementos que seriam necessários para aumentar o grau de confiança do intervalo da pesquisa para 95%, mantendo constante a largura do intervalo.

Dados: P (|Z| < 1,64) = 90%; P (|Z| < 1,96) = 95%.

(A) 2.250.
(B) 2.390.
(C) 2.500.
(D) 2.857.
(E) 3.200.

Letra d.

A largura do intervalo de confiança é dada por:

$$L = \frac{z_\alpha \sigma}{\sqrt{N}} \therefore \frac{z_\alpha}{\sqrt{N}} = \frac{L}{\sigma}$$

Perceba que o desvio-padrão populacional e a largura do intervalo de confiança não se alteram. Então, podemos escrever:

$$\frac{z_1}{\sqrt{N_1}} = \frac{z_2}{\sqrt{N_2}}$$

$$\therefore \frac{N_2}{N_1} = \left(\frac{z_2}{z_1}\right)^2$$

Substituindo os dados, temos:

$$\frac{N_2}{2000} = \left(\frac{1{,}96}{1{,}64}\right)^2 \cong 1{,}428$$

$$\therefore N_2 = 1{,}428.2000 \cong 2857$$

56

Em uma pesquisa eleitoral realizada com 1200 pessoas, foram 900 votos para o candidato A e 300 votos para o candidato B. Com base nesses dados, o intervalo com grau de confiança 95% para o percentual de votos do candidato A é:

Dados: P (|Z| < 1,64) = 90%; P (|Z| < 1,96) = 95%.

(A) [54%; 58%]
(B) [52,2%; 58,6%]
(C) [70,1%; 79,9%]
(D) [70,9%; 79,1%]
(E) [72,5%; 77,5%]

Letra e.

Observe que a estimativa do percentual de votos do candidato A é:

$$\mu = \frac{900}{1200} = 0{,}75 = 75\%$$

A variável que descreve o percentual dos votos no candidato A pode ser considerada como Bernoulli, pois só existem duas possibilidades: sucesso (votar em A) ou fracasso (não votar em A). O desvio-padrão de uma variável de Bernoulli é dado por:

$$\sigma = \sqrt{p.(1-p)} = \sqrt{0{,}75.0{,}25}$$

O intervalo de confiança é, então, dado por:

$$IC: \mu \pm L$$

Nessa expressão:

$$L = \frac{z_\alpha \sigma}{\sqrt{N}} = \frac{1{,}96 \cdot \sqrt{0{,}75.0{,}25}}{\sqrt{1200}}$$

$$L = 1{,}96 \cdot \sqrt{\frac{0{,}25.0{,}25}{400}} = 1{,}95 \cdot \frac{0{,}25}{20} = 0{,}0245 \cong 2{,}5\%$$

Desse modo:

$$IC: 75\% \pm 2.5\%$$

$$min = 75\% - 2{,}5\% = 72{,}5\%$$

$$max = 75\% + 2{,}5\% = 77{,}5\%$$

57

A variável aleatória X é descrita por uma série temporal $X_t = 1,2 - 0,6.X_t + \varepsilon$, em que ε é uma variável aleatória que segue distribuição normal com média nula, desvio-padrão igual a 16 e é estatisticamente independente de X. Desse modo, pode-se afirmar que a correlação entre X_t e X_{t-3} é, aproximadamente:

(A) 22%.
(B) 36%.
(C) 45%.
(D) 60%.
(E) 0%.

Letra a.

A correlação é dada simplesmente em função do coeficiente *b* do modelo.

$$\rho(X_t X_{t-3}) = b^3 = (0,6)^3 = 0,216$$

58

Uma variável aleatória X segue uma distribuição exponencial, regida pelo parâmetro λ:

$$f(x) = \lambda e^{-\lambda x}$$

Foi feita uma amostragem, obtendo-se os seguintes valores para X: {1, 1, 2, 3, 3}. Com isso, a estimativa de máxima verossimilhança do parâmetro é:

(A) 1/4.
(B) 1/2.
(C) 1.
(D) 2.
(E) 4.

Letra b.

Vamos calcular a média por essa observação:

$$\mu = \frac{1+1+2+3+3}{5} = \frac{10}{5} = 2$$

Em uma distribuição exponencial, a média é dada em função do parâmetro:

$$\mu = \frac{1}{\lambda} \therefore \lambda = \frac{1}{\mu} = \frac{1}{2}$$

59

A variável aleatória X é descrita por uma série temporal $X_t = 1,2 - 0,6.X_t + \varepsilon$, em que ε é uma variável aleatória que segue distribuição normal com média nula, desvio-padrão igual a 16 e é estatisticamente independente de X. Desse modo, pode-se afirmar que a correlação entre X_t e X_{t-3} é, aproximadamente:

(A) 22%.
(B) 36%.
(C) 45%.
(D) 60%.
(E) 0%.

Letra a.

A correlação é dada simplesmente em função do coeficiente *b* do modelo.

$$\rho(X_t X_{t-3}) = b^3 = (0,6)^3 = 0,216$$

60

Uma amostra aleatória simples, sem reposição, de tamanho 100, será retirada de uma população infinita com o objetivo de se estimar a média μ das idades dos indivíduos da população. Essa amostra é representada por um conjunto de variáveis aleatórias X_1, ..., X_{100}, e o estimador da média populacional μ é dado pela seguinte expressão:

$$\underline{X} = \sum_{i=1}^{100} Xi \,/\, 100$$

Tendo como referência essa situação hipotética, e considerando que o desvio-padrão populacional da distribuição das idades seja igual a 20 anos, assinale a alternativa que indica o desvio-padrão do estimador X:

(A) 0,2.
(B) 1.
(C) 1,5.
(D) 2.
(E) 20.

Letra d.

Pelo teorema do Limite Central, o desvio-padrão da média amostral é:

$$\sigma_{\bar{X}} = \frac{\sigma}{\sqrt{N}} = \frac{20}{\sqrt{100}} = \frac{20}{10} = 2$$

ANÁLISE DE DADOS
MAURÍCIO FRANCESCHINI/ TIAGO PÁDUA

61

Com relação aos conceitos de mineração de dados, o modelo CRISP-DM possui a etapa na qual visa checar se o modelo elaborado condiz com as expectativas da organização e do que foi definido anteriormente na fase inicial do processo, é conhecida como:

(A) avaliação.
(B) compreensão do negócio.
(C) modelagem.
(D) entendimento dos dados.
(E) preparação dos dados.

Letra a.

(A) Avaliação: visa checar se o modelo elaborado condiz com as expectativas da organização e do que foi definido anteriormente na fase inicial do processo. O resultado dessa avaliação pode ser aceitável ou pode resultar na necessidade de revisão das fases anteriores, a fim de redefinir alguns passos.
(B) Compreensão do negócio: conhecer e compreender o problema a ser resolvido, identificar os especialistas na organização, levantar e esboçar as necessidades e as expectativas, o levantamento dos hardwares e softwares, fazer inventário das bases de dados existentes, verificar a existência e Data Warehouses na organização.
(C) Modelagem: fase na qual as atividades estão dentro das características similares ao da Mineração de Dados no KDD, onde, por exemplo, serão escolhidas as técnicas mais adequadas para modelagem, com base em algoritmos de mineração, onde testes iniciais voltados à calibração de parâmetros dos algoritmos serão feitos.
(D) Entendimento dos dados: fase na qual o estudo sobre as informações coletadas se faz necessário e deve ser feito de forma minuciosa, conhecer e entender os dados disponíveis, avaliação da qualidade dos dados disponíveis, verificar se a volumetria dos dados atende ao negócio.
(E) Preparação dos dados: fase do processo que antecede a construção de modelos e que irá adequar os dados, compreendendo ações de pré-processamento, envolvendo seleção dos dados para análise, limpeza dos dados, adequação do formato dos dados, construção de novos atributos com base nos atributos existentes.

62

Em relação aos conceitos de análise exploratória de dados, as técnicas a serem utilizadas dependem da natureza de mensuração das variáveis de interesse. Relacione abaixo o tipo de mensuração à sua definição e assinale a alternativa com a sequência correta.

Mensuração	Descrição
I – Nominal	( ) As variáveis são medidas em classes discretas entre as quais é possível definir uma ordem, segundo uma relação descritível, mas não quantificável.
II – Ordinal	( ) As variáveis assumem valores quantitativos, cuja relação exata entre estes é possível definir, porque essa escala possui um zero absoluto.
III – Intervalar	( ) As variáveis são medidas em classes discretas, mas não é possível estabelecer ordem.
IV – Razão	( ) As variáveis assumem valores quantitativos, não possuem zero absoluto, i.e. não possuem uma medida de ausência de atributo.

(A) I, II, III, IV.
(B) II, I, III, IV.
(C) II, IV, I, III.
(D) II, IV, III, I.
(E) I, II, IV, III.

Letra c.

I. Nominal: as variáveis são medidas em classes discretas, mas não é possível estabelecer ordem.
II. Ordinal: as variáveis são medidas em classes discretas entre as quais é possível definir uma ordem, segundo uma relação descritível, mas não quantificável.
III. Intervalar: as variáveis assumem valores quantitativos, não possuem zero absoluto, i.e. não possuem uma medida de ausência de atributo.
IV. Razão: as variáveis assumem valores quantitativos, cuja relação exata entre estes é possível definir, porque essa escala possui um zero absoluto.

63

Segundo a Lei n. 13.709/2018, conhecida como LGPD, essa Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

(A) realizados por pessoa jurídica para fins exclusivamente econômicos.
(B) provenientes de dentro do território nacional.
(C) realizados para fins exclusivos de interesse público.
(D) realizados para fins exclusivos de defesa nacional.
(E) realizados para fins exclusivamente culturais.

Letra d.

(A) Realizados por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

(B) Provenientes de fora do território nacional.
(C) Realizados para fins exclusivos de segurança pública.
(D) Realizados para fins exclusivos de defesa nacional.
(E) Realizados para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.

64

Em relação ao sistema de numeração e aritmética computacional, a conversão do número 4913 para o número hexadecimal é:
(A) 1131
(B) 1331
(C) 133
(D) 1113
(E) 1333

Letra b.

A transformação de um número decimal para um número hexadecimal é feita por meio da fatoração desse número por 16, selecionando-se os "restos" dessa fatoração de forma invertida. Dessa forma, primeiro divide-se o número 4913 por 16, que dá resto 1 e quociente 307; depois dividimos esse quociente por 16, que dá resto 3 e quociente 19; novamente, dividimos esse quociente 19 por 16, que dá resto 3 e quociente 1. Por fim, dividimos esse quociente 1 por 16, que dá resto 1 e quociente 0. Agora, juntando os restos 1, 3, 3 e 1 de forma invertida, temos 1331.

65

Em relação aos conceitos sobre as operações de dados sobre o cubo dimensional, assinale a alternativa que aumenta o nível de detalhamento da informação, diminuindo a granularidade dos dados, favorecendo o detalhamento dos valores:
(A) Dice
(B) Drill Down
(C) Roll up
(D) Slice
(E) Pivot

Letra b.

(A) Dice: reduz o cubo a um subcubo de menores dimensões e a uma faixa de valores.
(B) Drill Down: operação que aumenta o nível de detalhamento dos dados gradualmente, diminuindo a granularidade.
(C) Roll up: operação que diminui o nível de detalhamento, aumentando a granularidade.
(D) Slice: reduz o cubo a um único valor de uma dimensão, conhecida como fatiamento
(E) Pivot: operação que alterna a perspectiva de análise de dados, rotacionando as dimensões, trocando linhas por colunas.

66

Assinale abaixo a alternativa que corresponde ao valor do complemento a um do número decimal 16.
(A) 1110
(B) 1101
(C) 1010
(D) 1111
(E) 1011

Letra d.

Primeiramente, precisamos converter o número decimal 16 para binário. Fazemos isso fatorando o número por 2 e pegando os seus restos de forma invertida. Assim, chegamos ao número 10000, que é o número 16 em binário. Para calcular o complemento a 1 desse número, precisamos primeiro calcular o complemento a um de 10000, que é calculado se invertendo os bits, ficando 01111, ou seja, 1111, pois o primeiro dígito, que é zero, é ignorado.

67

Em relação aos conceitos de dados abertos, analise as alternativas a seguir.

I – Se o dado não pode ser encontrado na web e indexado, ele é considerado existente, porém secreto.
II – Se o dado não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser utilizado.
III – Se qualquer dispositivo legal não permitir que o dado seja reutilizado, ele não é útil.

Estão corretas apenas as afirmativas:
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

Letra e.

I. Se o dado não pode ser encontrado na web e indexado, ele é considerado inexistente.
II. Se o dado não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser utilizado.
III. Se qualquer dispositivo legal não permitir que o dado seja reutilizado, ele não é útil.

68

A Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), considera a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, como sendo a(o):

(A) autenticidade.
(B) integridade.
(C) primariedade.
(D) disponibilidade.
(E) informação sigilosa.

Letra a.

(A) Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
(B) Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
(C) Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
(D) Disponibilidade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
(E) Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

69

Em relação à modelagem de dados em banco de dados relacionais, aos modelos entidade-relacionamento e aos diagramas DER, analise as afirmativas a seguir.

I – No DER, um círculo com o texto sublinhado significa um atributo chave.
II – Em um DER, um relacionamento é representado por meio de um losango.
III – Uma entidade forte não necessita de outra entidade para existir, enquanto uma entidade fraca, sim.

Estão corretas apenas as afirmativas:

(A) I.
(B) II.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) I, II e III.

Letra e.

I. No DER, um círculo com o texto sublinhado significa um atributo chave.
II. Em um DER, um relacionamento é representado por meio de um losango.
III. Uma entidade forte não necessita de outra entidade para existir, enquanto uma entidade fraca, sim.

70

Em relação aos conceitos de segurança da informação, a irretratabilidade garante que:

(A) a informação estará disponível sempre que necessário.
(B) a informação poderá ser acessada somente por pessoas autorizadas.
(C) não pode haver modificações não autorizadas na informação.
(D) o autor da informação é realmente quem diz ser.
(E) a autoria da informação não pode ser negada.

Letra e.

(A) A disponibilidade garante que a informação estará disponível sempre que necessário.
(B) A confidencialidade garante que a informação poderá ser acessada somente por pessoas autorizadas.
(C) A integridade garante que não possa haver modificações não autorizadas na informação.
(D) A autenticidade garante que o autor da informação é realmente quem diga ser.
(E) O não repúdio ou a irretratabilidade garante que a autoria da informação não possa ser negada.

71

A respeito da biblioteca Pandas, analise as afirmativas.

I – Disponibiliza ferramentas de análise de dados.
II – Permite trabalhar com tabelas de dados através do objeto DataFrame.
III – Em um DataFrame, todas as colunas devem possuir o mesmo tipo de dados.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e III, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) Todas as alternativas.
(E) Nenhuma das alternativas.

Letra c.

(A) Item incorreto, o item III está incorreto e o item II está correto.
(B) Item incorreto, o item I está correto.
(C) Item correto. (I) O Pandas é uma **ferramenta de análise e manipulação de dados** de código aberto rápida, poderosa, flexível e fácil de utilizar, construída sobre a linguagem de programação Python. (II) Ao trabalhar com dados tabulares, o Pandas permite explorar, limpar e processar os dados. Nos Pandas, uma tabela de dados é chamada de DataFrame. O DataFrame pode conter **colunas de tipo heterogêneo**, como em uma tabela SQL ou planilha do Excel.
(D) Item incorreto, o item III está incorreto.
(E) Item incorreto, os itens I e II estão corretos.

72

Utilizando a biblioteca NLTK, podemos realizar a segmentação de palavras que é a quebra da sequência de caracteres em um texto, localizando o limite de cada palavra, ou seja, os pontos onde uma palavra termina e outra começa. Para isso, devemos utilizar a função:

(A) pos_tag
(B) translate
(C) stem
(D) parse
(E) word_tokenize

Letra e.

(A) Item incorreto, a função pos_tag é utilizada para identificar as classes lexicais das palavras.
(B) Item incorreto, a função translate é uma função experimental de tradução de máquina.
(C) Item incorreto, a função do stem é remover os afixos das palavras.
(D) Item incorreto, a função parse é utilizada para gerar uma árvore de parse de uma sentença.
(E) Item correto, a função word_tokenize retorna uma cópia tokenizada do texto, utilizando o tokenizador de palavras recomendado do NLTK.

https://replit.com/@TiagoPadua/StrictQuerulousToolbox#main.py

---

73

Considere o código Python a seguir:

```
import numpy
arr = numpy.array([5, 10, 3, 9, 100])
x = (I)
print(x)
```

A alternativa que indica o trecho de código que deve substituir (I) para que, quando executado, o programa imprima o valor 9 é:

(A) numpy.std(arr)
(B) numpy.mean(arr)
(C) numpy.median(arr)
(D) numpy.average(arr)
(E) numpy.var(arr)

Letra c.

(A) Item incorreto, numpy.std irá calcular o desvio-padrão da lista, que é o valor 37,39.
(B) Item incorreto, numpy.mean irá calcular a média da lista, que é o valor 25,4.
(C) Item correto, a função numpy.median irá calcular a mediana da lista informada, que resultará no valor 9; a execução pode ser conferida em:
https://replit.com/@TiagoPadua/LastTatteredWorker#main.py
(D) Item incorreto, numpy.average irá calcular a média ponderada da lista, que é o valor 25,4.
(E) Item incorreto, numpy.var irá calcular a variância da lista, que é o valor 1397,84.

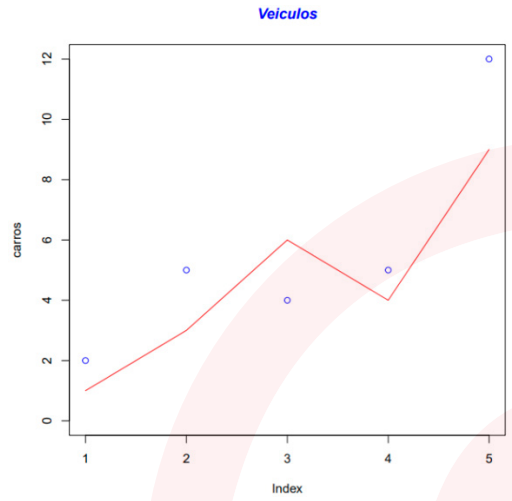
74

Considere o código em linguagem R a seguir:

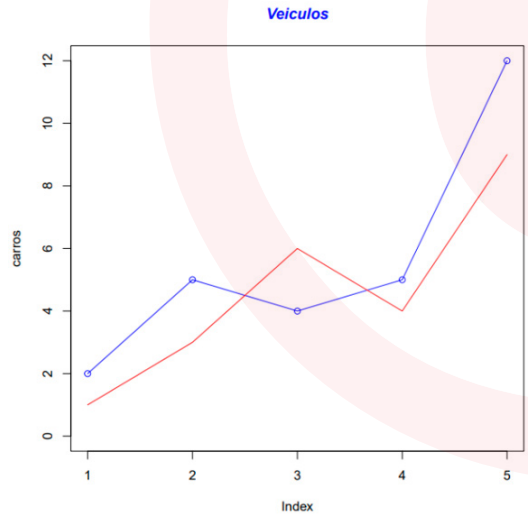
```
carros <- c(1, 3, 6, 4, 9)
caminhoes <- c(2, 5, 4, 5, 12)

plot(carros, col="blue", ylim=c(0,12))
lines(caminhoes, col="red")

title(main="Veiculos", col.main="blue", font.main=4)
```

A alternativa que apresenta o gráfico que será impresso é:

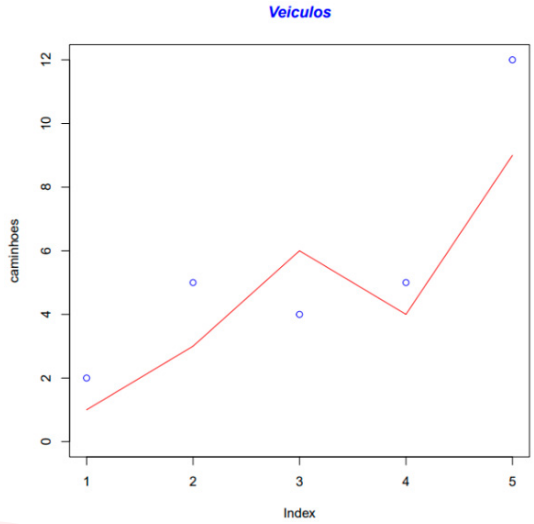
(A)



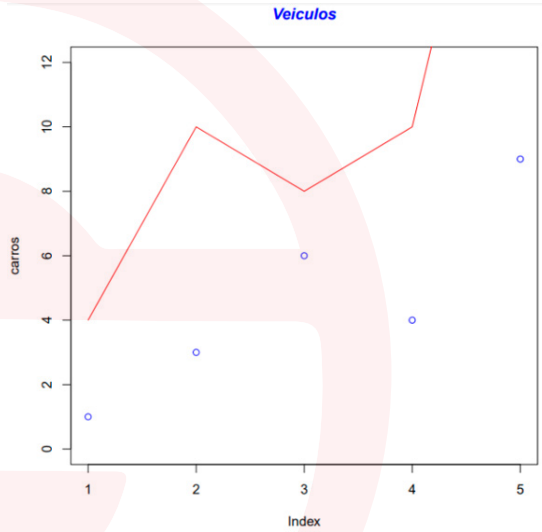
(B)



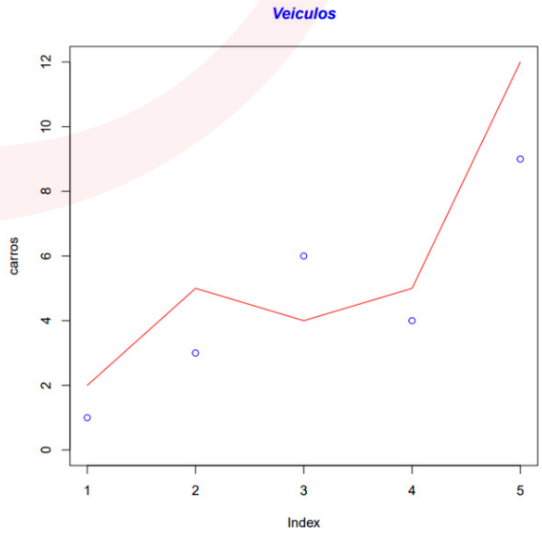
(C)



(D)



(E)



Letra e.

(A) Item incorreto, nesta plotagem os valores de “carros” e “caminhões” estão invertidos.

(B) Item incorreto, nesta plotagem o tipo de gráfico padrão está incorreto, o padrão é somente "bolas" na plotagem dos pontos dos carros.

(C) Item incorreto, nesta plotagem os vetores de “carros” e “caminhões” estão trocados.

(D) Item incorreto, nesta plotagem os valores de caminhões estão multiplicados por 2.

(E) Item correto, o gráfico padrão para carros é somente pontos, os valores estão plotados no eixo y, que varia de 0 a 12; o gráfico dos caminhões está plotado corretamente como linhas; A execução pode ser conferida em: https://replit.com/@TiagoPadua/InconsequentialSelfassuredUnix

---

75

Sobre os comandos de repetição na linguagem R, assinale a alternativa correta:

(A) O laço *for* é utilizado para iterar enquanto uma expressão booleana fornecida for avaliada como *True*.

(B) O laço *while* é utilizado para iterar por uma sequência de valores que é fornecida como parâmetro.

(C) A instrução *break* é utilizada dentro de um laço de repetição para encerrar a iteração e continuar o fluxo de execução fora do laço.

(D) A instrução *next* deve ser utilizada dentro do laço *for* para incrementar a variável de controle do laço de repetição e não deve ser utilizada dentro de um laço *while*.

(E) O laço *repeat* itera sobre um bloco de código e verifica a condição de repetição (uma expressão booleana) no fim do laço.

Letra c.

(A) Item incorreto, o laço *for* é utilizado para iterar sobre uma sequência de valores.

(B) Item incorreto, o laço *while* é utilizado para iterar, enquanto uma expressão booleana fornecida for avaliada como *True*.

(C) Item correto, a instrução *break* encerra a execução do laço atual e continua o fluxo de execução da próxima instrução após o laço.

(D) Item incorreto, a instrução *next* termina a iteração atual do laço sem terminar o laço como um todo, pode ser utilizada dentro de um laço *for*, *while* ou *repeat*.

(E) Item incorreto, o laço *repeat* não possui uma expressão para determinar a condição de parada.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL
ELLEN VERRI

76

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores trabalha no sentido de promover o intercâmbio de ideias e experiências sobre os principais desafios enfrentados pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) no desempenho de suas funções. Conforme preconiza a Intosai, é responsabilidade do(a) _____ garantir que todas as pessoas físicas ou jurídicas encarregadas da administração de bens ou valores públicos prestem contas dos recursos utilizados nos prazos e nas condições estabelecidas por lei.

(A) Controladoria-Geral da União (CGU).

(B) Tribunal de Contas da União (TCU).

(C) Ministério Público.

(D) Ministério Público de Contas.

(E) Controle Interno.

Letra b.

De acordo com a INTOSAI, é responsabilidade do TCU garantir que todas as pessoas físicas ou jurídicas encarregadas da administração de bens ou valores públicos prestem contas dos recursos utilizados nos prazos e nas condições estabelecidas por lei.

77

Conforme preconiza as normas da INTOSAI (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), em qualquer tipo de auditoria, a independência é o principal meio pelo qual um auditor demonstra que ele pode realizar sua tarefa de forma objetiva e com liberdade para opinar. Acerca dessa temática e, conforme o Código de Ética da INTOSAI, assinale e alternativa incorreta.

(A) Ser independente em relação à entidade auditada e a outros grupos de interesses externos é prescindível para os auditores. Isto implica que os auditores devem agir no sentido de aumentar, ou de não diminuir, sua independência.

(B) Os auditores devem se esforçar não apenas para serem independentes das entidades auditadas e de outros grupos interessados, mas também para serem objetivos no tratamento das questões e dos temas em análise.

(C) É essencial que os auditores pareçam e sejam, de fato, independentes e imparciais.

(D) Em todos os assuntos relacionados ao trabalho de auditoria, a independência dos auditores não deve ser prejudicada por interesses pessoais ou externos.

(E) A independência pode ser prejudicada, por exemplo, por pressão ou influência externa sobre os auditores; preconceitos dos auditores em relação a indivíduos, entidades auditadas, projetos ou programas; vínculo empregatício recente com a entidade auditada; ou transações pessoais ou financeiras que possam causar conflitos de lealdade ou interesses.

Letra a.

De acordo com o Código de ética da Intosai, temos que:

> "(...)
> 14. Ser independente em relação à entidade auditada e a outros grupos de interesses externos é indispensável (e não como afirma a letra "a" como "prescindível") para os auditores. Isto implica que os auditores devem agir no sentido de aumentar, ou de não diminuir, sua independência.
> 15. Os auditores devem se esforçar não apenas para serem independentes das entidades auditadas e de outros grupos interessados, mas também para serem objetivos no tratamento das questões e dos temas em análise (letra B).
> 16. É essencial que os auditores pareçam e sejam, de fato, independentes e imparciais (letra C).
> 17. Em todos os assuntos relacionados ao trabalho de auditoria, a independência dos auditores não deve ser prejudicada por interesses pessoais ou externos (letra D). A independência pode ser prejudicada, por exemplo, por pressão ou influência externa sobre os auditores; preconceitos dos auditores em relação a indivíduos, entidades auditadas, projetos ou programas; vínculo empregatício recente com a entidade auditada; ou transações pessoais ou financeiras que possam causar conflitos de lealdade ou interesses (letra E).
> (...)"

78

De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a economicidade é a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Os recursos usados devem estar disponíveis tempestivamente, em quantidade suficiente, na qualidade apropriada e com o melhor preço e refere-se à capacidade de uma organização gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição. Em relação à temática apresentada e, de acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, assinale a alternativa correta.

(A) A eficiência é definida como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade.

(B) A eficácia refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

(C) A efetividade é um conceito relativo. Isso significa que, em uma auditoria sobre efetividade, é preciso algum tipo de comparação. Auditorias orientadas para a efetividade podem também examinar os processos, desde os insumos até o produto, para expor as deficiências nesses processos ou na sua implementação.

(D) A efetividade é definida como o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período, independentemente dos custos implicados.

(E) A eficácia diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e a longo prazo e refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção.

Letra a.

Analisando cada alternativa, temos que:

(A) A eficiência é definida como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade (GUID 3910/39). Nosso gabarito.

(B) A eficiência (e não eficácia) refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

(C) A eficiência (e não a efetividade) é um conceito relativo. Isso significa que, em uma auditoria sobre eficiência (e não a efetividade), é preciso algum tipo de comparação. Auditorias orientadas para eficiência (e não a efetividade) podem também examinar os processos, desde os insumos até o produto, para expor as deficiências nesses processos ou na sua implementação.

(D) A eficácia (e não efetividade) é definida como o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período, independentemente dos custos implicados.

(E) A efetividade (e não eficácia) diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo. Refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção.

79

Assinale o tipo de processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento.

(A) Tomada de Contas.
(B) Tomada de Contas Anual.
(C) Prestação de Contas.
(D) Prestação de Contas Extraordinária.
(E) Tomada de Contas Especial.

Letra e.

De acordo com o Portal do TCU, a "Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento. (art. 2º, caput, da IN/TCU 71/2012)." A TCE constitui medida de exceção, portanto a Administração deve esgotar todas as medidas administrativas para elidir a irregularidade ensejadora da TCE ou obter o ressarcimento do dano, antes de formalizar a instauração do processo. Por isso, a letra E é o nosso gabarito!

80

Considere a situação hipotética apresentada a seguir. Um auditor federal de controle externo, com o objetivo de confirmar os saldos bancários apresentados por meio de cartas registradas, solicitou que as informações pertinentes às instituições bancárias das quais a empresa auditada era cliente fossem confirmadas. Nesse caso, o auditor realizou o seguinte procedimento de auditoria:

(A) confirmação externa.
(B) confirmação interna.
(C) conciliação bancária.
(D) conferência de cálculos.
(E) entrevista.

Letra a.

A confirmação externa (ou circularização) implica a obtenção de declaração formal e imparcial de pessoas independentes à empresa e que estejam habilitadas para confirmar uma informação. Consiste na obtenção, pelo auditor, de uma declaração escrita (cartas registradas), junto a fontes externas capacitadas para tanto. Consiste na corroboração por escrito de terceiros, em relação a determinadas informações de interesse. Por isso, a letra A é o nosso gabarito!

81

De acordo com a NBC TA 230 (R1) – Documentação De Auditoria, a documentação de auditoria (usualmente conhecida como "papéis de trabalho") é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A documentação de auditoria pode ser de dois tipos, que são:

(A) corrente e permanente.
(B) corrente e transitório.
(C) corrente e capital.
(D) perpétuo e permanente.
(E) capital e permanente.

Letra a.

A documentação de auditoria pode ser de natureza corrente ou permanente. Os correntes são utilizados em apenas um exercício social ou processo de auditoria, já os permanentes são utilizados em mais de um exercício social ou por mais um período de auditoria.

CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO
RODRIGO MACHADO

82

Ao realizar um trabalho de auditoria nos saldos do passivo de uma entidade do setor público, um auditor do Tribunal de Contas da União tomou conhecimento de uma demanda trabalhista no valor de 250 mil reais. Os assessores jurídicos classificaram a probabilidade de saída de recursos como provável. Nesse caso, o auditor concluiu que os responsáveis pela governança na entidade agiram corretamente caso:

(A) tivessem registrado uma provisão para contingência utilizando conta de classe 1 do PCASP.
(B) não tivessem realizado quaisquer registros contábeis de provisão, sob a justificativa de aguardar o trânsito em julgado da ação condenatória.
(C) tivessem registrado uma provisão para contingência utilizando conta de classe 2 do PCASP, mas não tenham divulgado em notas explicativas.
(D) tivessem reconhecido uma provisão para contingência utilizando conta de classe 2 do PCASP e divulgado os fatos em notas explicativas.
(E) tivessem registrado um passivo contingente utilizando conta de classe 2 do PCASP e divulgado os fatos em notas explicativas.

Letra d.

A NBC TSP 03 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público apresentam dois informes, que são denominados árvores de decisão e são importantes para nossos estudos, pois sintetizam todos os conceitos estu-

dados por nós nessa aula. O primeiro deles diz respeito ao tratamento como provisão ou passivo contingente, de acordo com as características da situação:

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de: a) Uma obrigação presente; ou b) Uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.				
Obrigação	**Probabilidade de Saída de Recursos**	**Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor**	**Classificação**	**Forma de Evidenciação**
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

No cenário apresentado pelo enunciado, será necessário reconhecer uma provisão e divulgar os fatos em notas explicativas.

83

A informação de custos no setor público melhora a transparência, pois possibilita que o conjunto da sociedade entenda com maior clareza a utilização dos recursos públicos. Acerca do sistema de custos no setor público, analise a opção incorreta.

(A) O sistema de acumulação é a forma pela qual os valores de custos são acumulados, respeitado o fluxo físico operacional do processo produtivo.

(B) Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

(C) No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico e custo-corrente.

(D) Os custos fixos são aqueles que apresentam uma variação diretamente proporcional com o volume de produção.

(E) Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; e pleno.

Letra d.

Antes de começar com a conceituação, vamos revisar o esquema gráfico dos elementos do sistema de custos do setor público:

O Sistema de acumulação de custos corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos. Além disso, ele está relacionado ao fluxo físico e real da produção. Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Por ordem de serviço ou produção	De forma contínua
É o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado. As ordens são mais adequadas para tratamento dos custos de investimentos e de projetos específicos, por exemplo, as obras e benfeitorias.	É o sistema de acumulação que compreende demandas de caráter continuado e são acumuladas ao longo do tempo.

O sistema de custeio é um conceito que está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida:

- custo histórico;
- custo-corrente;
- custo estimado; e
- custo padrão.

Sobre o método de custeio, ele se refere à forma de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; e pleno.

Método de Custeio				
Direto	Variável	Por absorção	Por atividade	Pleno
É o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.	Apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.	Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.	Considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.	Consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas de produtos e serviços.

84

A NBC TSP 12 apresenta os procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Nesse sentido, correlacione as colunas e assinale a sequência correta:

1. Fluxo de caixa das atividades operacionais.	( )	Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas.
2. Fluxo de caixa das atividades de investimentos.	( )	Pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria.
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento.	( )	Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda).
	( )	Recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.
	( )	Pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

(A) 1, 2, 2, 1, 3.
(B) 2, 1, 3, 2, 1.
(C) 3, 1, 1, 2, 2.
(D) 1, 3, 3, 1, 2.
(E) 2, 1, 1, 2, 3.

Letra a.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave como as operações da entidade são financiadas:

a) por meio de tributos (direta e indiretamente);
b) pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

A NBC TSP 12 detalha que o montante dos fluxos de caixa líquidos também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuição similar ao proprietário e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Em sentido amplo, os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos oriundos da tributação e de outras fontes que o governo utiliza para financiar suas atividades correntes. Adicionalmente, fornecem informações históricas úteis na projeção de futuros fluxos de caixa operacional, ao serem utilizadas em conjunto com outras informações.

Professor, é possível ilustrar as principais fontes de recursos que são destacadas como fluxos de caixa das atividades operacionais?

Não só é possível, como devemos fazer isso... *rsrsrs*. Essa exemplificação é simplificada porque o próprio MCASP e, também, a NBC TSP 12 fazem isso.

a) recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas;
b) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
c) recebimentos de caixa de concessões ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias feitas pelo governo central e subnacionais ou outras entidades do setor público;
d) recebimentos de caixa decorrentes de *royalties,* honorários, comissões e outras receitas;
e) pagamentos em caixa a outras entidades do setor público para financiar suas operações (não inclui empréstimo);
(f) pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
(g) pagamentos em caixa a empregados ou em nome de empregados;
(h) recebimentos e pagamentos em caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) pagamentos em caixa de tributos locais sobre o patrimônio ou tributos sobre a renda (onde aplicável) em relação a atividades operacionais;
(j) recebimentos e pagamentos em caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda;
(k) recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes de operações descontinuadas; e
(l) recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.

Professor, o que são atividades descontinuadas?

São operações que foram ou estão sendo descontinuadas e isso significa dizer que elas serão abandonadas ou descartadas e serão classificadas como disponíveis para venda. Por exemplo, imagine que a Petrobras tenha uma unidade plataforma em uma bacia localizada na África do Sul e resolva descontinuar sua produção. A plataforma ainda possui capacidade de gerar benefícios econômicos e, por isso, será colocada à venda. Vale frisar que esse é um conceito relativamente novo para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e, no campo teórico, podemos utilizar os conceitos encontrados no Manual FIPECAFI. De acordo com o FIPECAFI (2019), para que ela possa ser entendida como uma operação em descontinuidade é necessário que ela possa ser separada operacionalmente de todo o resto da entidade e, além disso, cumprir os seguintes requisitos:

a) A operação representa uma importante e distinta linha de negócios ou uma área geográfica;
b) A operação integra um único plano coordenado para vender uma importante e distinta linha de negócios ou área geográfica; ou
c) A operação é uma controlada adquirida exclusivamente para ser vendida.

Agora, temos um detalhe absolutamente relevante sobre a operação descontinuada e a sua destinação para venda. O CPC 31, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis detalha no seu Apêndice A, nos itens 5-B, 13 e 36, o conceito de operação continuada. A análise conjunta desses conceitos deixa evidente que uma operação descontinuada não precisa ser **necessariamente** colocada à venda.

Isso significa dizer que pode existir uma parte da entidade que foi ou será desativada simplesmente porque não tem mais capacidade de gerar benefícios econômicos e fluxos de caixa para a entidade. Além disso, não será colocada à venda, porque não é possível esperar a sua realização contábil por meio da venda. Seria o caso, por exemplo, de uma Unidade de Tratamento de Esgoto, totalmente depreciada e que será descontinuada e os responsáveis pela governança dessa entidade não

possuem expectativa de realização, por isso, não colocarão à venda.

Quando se fala em fluxo de caixa das atividades operacionais, é necessário ficarmos atentos aos detalhes que envolvem bens imóveis. Isso porque a venda de imóveis afeta o caixa da entidade – pelo ingresso dos recursos –, mas não afetará o fluxo das atividades operacionais. Essa transação afetará o fluxo das atividades de investimentos, mas temos exceções.

Entretanto, alerta a NBC TSP 12, pagamentos em caixa para construção ou aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros e depois mantidos para venda são fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais. Os recebimentos de caixa referentes a aluguéis e vendas desses ativos também são considerados fluxos de caixa das atividades operacionais.

Existem peculiaridades que são destacadas na norma e podem ser objeto de questões de prova, portanto, devemos nos manter atentos para não confundir as transações, lembrando sempre que devemos ficar atentos ao enunciado e à natureza subjacente. São elas:

Títulos e Empréstimos	A entidade pode manter títulos e empréstimos para fins de negociação imediata ou futura, os quais, nesses casos, são semelhantes a estoques adquiridos especificamente para revenda. Dessa forma, os fluxos de caixa decorrentes da compra e venda desses títulos devem ser classificados como atividades operacionais.
Antecipação de caixa e empréstimos – instituições financeiras	As antecipações de caixa e os empréstimos feitos por instituições financeiras públicas devem ser comumente classificados como atividades operacionais, uma vez que se referem à principal atividade geradora de caixa dessas entidades.
Atividades correntes, capital de giro e capital integralizado	Os governos ou outras entidades do setor público destinam recursos orçamentários ou alocações orçamentárias de fundos para financiar operações da entidade e não é feita distinção precisa da destinação dos recursos desses fundos entre atividades correntes, capital de giro e capital integralizado. Quando a entidade não é capaz de identificar separadamente recursos ou alocações orçamentárias entre atividades correntes, capital de giro e capital integralizado, esses recursos ou alocações orçamentárias devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais e esse fato deve ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Após todo o exposto, podemos destacar que os fluxos de caixa oriundos das atividades operacionais terão sua origem no ativo e passivo circulante, conforme detalhado no esquema gráfico abaixo:

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Relacionam-se, normalmente, com o aumento e com a diminuição dos ativos de longo prazo – não circulantes –, que a entidade do setor público utiliza para prestar serviços públicos à sociedade. De acordo com o MCASP, os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimentos representam as entradas e saídas de recursos da entidade do setor público que contribuirão para a futura prestação de serviços. Segundo a NBC TSP 12, apenas saídas de caixa que resultem em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Adicionalmente, a norma detalha operações que são consideradas como fluxo das atividades de investimentos na DFC. São elas:

a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;

b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;

c) pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);

d) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);

e) adiantamentos em caixa e empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira pública);

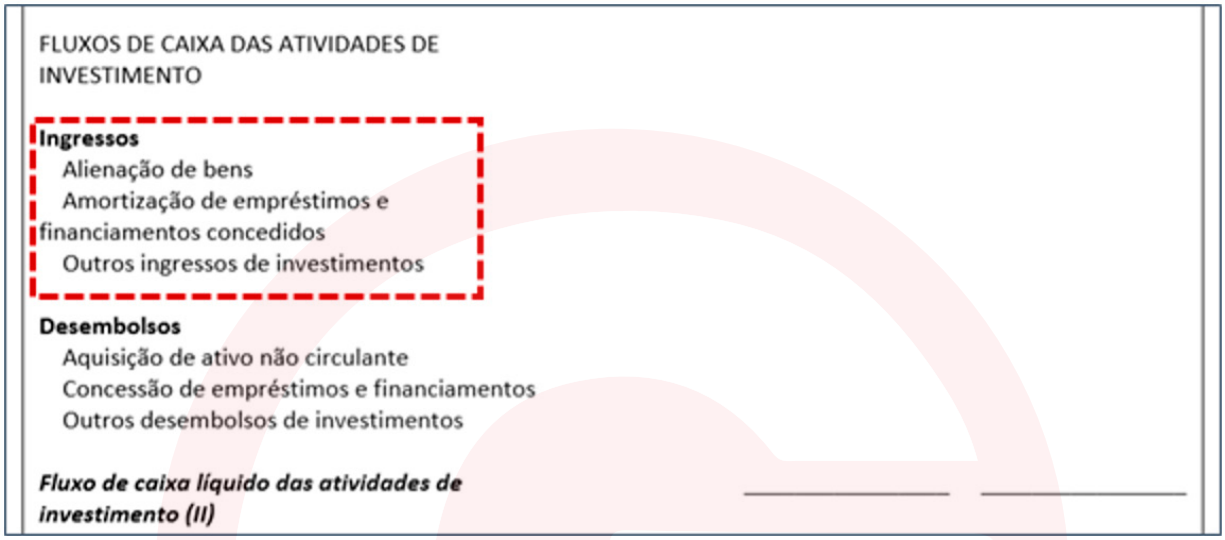
(f) recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos concedidos por instituição financeira pública);

(g) pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap,* exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap,* exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando o contrato for contabilizado como proteção (*hedge*) de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

Atenção!
Você notou que tanto o MCASP como a NBC TSP 12 citam somente as saídas de recursos nas atividades de investimentos? Pois é, isso é contraditório, porque, na estrutura da DFC, apresentada pelo MCASP, constam, também, ingressos na parte relacionada aos fluxos de caixa das atividades de investimentos, veja:


FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ingressos
Alienação de bens
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos
Outros ingressos de investimentos

Desembolsos
Aquisição de ativo não circulante
Concessão de empréstimos e financiamentos
Outros desembolsos de investimentos

Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)

Sendo assim, na prática, há ingressos de recursos no fluxo das atividades de investimentos, sejam eles pela alienação de bens, pela amortização de empréstimos e financiamentos concedidos ou por outros ingressos com a mesma natureza subjacente. No entanto, o MCASP e a norma brasileira de contabilidade específica para a DFC abordam somente as saídas. Fiquemos atentos, portanto, às questões de provas.
Segundo o MCASP, as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens, não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas à demonstração, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas transações.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Os fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento são úteis para a projeção das exigências sobre os futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade do setor público. Além disso, possibilita a projeção da capacidade que a entidade tem, utilizando recursos externos, para possibilitar as atividades operacionais e, também, de financiamento.
O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a NBC TSP 12 apresentam exemplos de atividades que geram fluxos de caixa das atividades de financiamento, são elas:
(a) caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e longo prazos;
(b) amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e
(c) pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como o arrendamento financeiro, não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas à demonstração, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas transações. Adicionalmente, quando uma entidade do setor público recebe recursos para aumento ou integralização de capital ela deve reconhecer esta movimentação como fluxo das atividades de financiamento.

A DFC não consta na Lei nº 4320/64 como demonstração obrigatória
Exato! Ela é trabalhada pelo MCASP e pela NBC TSP 12
Uai, se o trem não é obrigatória, fazer pra quê, então?
É porque segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o conjunto completo de demonstrações inclui a DFC
Uma curiosidade, a DFC é a única demonstração que não é elaborada seguinte o regime de competência, mas sim, de caixa
o objetivo da DFC é fornecer informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio dos fluxos durante o período em fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento
Olha as definições
Demonstração de Fluxo de Caixa
SETOR PÚBLICO
Operacionais
é um indicador chave como as operações da entidade são financiadas por meio de tributos (direta e indiretamente) e pelos recursos obtidos de destinatários de bens e serviços
Investimentos
Relacionam-se, normalmente com o aumento e com a diminuição dos ativos de longo prazo - não circulantes -, que a entidade do setor público utiliza para prestar serviços públicos à sociedade.
Financiamento
(a) caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e longo prazos;
(b) amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e
(c) pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
Prof. Rodrigo Machado | @contabilidade_total

ATIVO CIRCULANTE OPERACIONAIS Aplicações financeiras de curto prazo	**PASSIVO CIRCULANTE** Dividendos Empréstimos de curto prazo
ATIVO NÃO CIRCULANTE INVESTIMENTO	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)** FINANCIAMENTO **PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)**

85

As contas contábeis podem ser sintéticas e analíticas. As contas sintéticas agrupam saldos de natureza comum, as analíticas são aquelas que recebem lançamentos. A conta (sintética) de variações patrimoniais independentes da execução orçamentária que representa os decréscimos patrimoniais é denominada:

(A) Superveniência Passiva.
(B) Insubsistência Passiva.
(C) Superveniência Ativa.
(D) Amortização de Dívida Fundada.
(E) Insubsistência Ativa.

Letra e.

Existem situações que provocam o aumento do ativo ou a diminuição do passivo e que não decorrem da execução orçamentária; são fatos que independem totalmente da execução orçamentária. São, também, conceituadas de supervenièncias (algo novo que apareceu) e insubsistência (algo que existia e desapareceu). Por fim, também conhecidas como variações quantitativas, independentemente da execução orçamentária.

As variações quantitativas aumentativas extraorçamentárias são variações que independem do orçamento e que provocam aumento do Patrimônio Líquido (PL). Perceba que, toda vez que falarmos em variações quantitativas aumentativas, teremos aumento do PL, então muita atenção quando estiver resolvendo questões, pois as bancas costumam fazer pegadinhas nesse ponto de aumento ou diminuição do PL. Combinado?
Pois bem, as variações quantitativas aumentativas extraorçamentárias subdividem-se em:
• Superveniência do ativo – por exemplo, recebimento de bens doados, nascimentos de semoventes; e
• Insubsistência do passivo – por exemplo, prescrição de dívida passiva, perdão de uma dívida.

No esquema gráfico abaixo, teremos os impactos que são gerados pelas variações quantitativas aumentativas extraorçamentárias:

	A =	P +	PL
Superveniência do Ativo	↑		↑
Insubsistência do Passivo		↓	↑

Agora fica tranquilo perceber que a superveniência do ativo é aumento do ativo e do PL, enquanto a insubsistência do passivo representa diminuição do passivo e aumento do PL.
As variações quantitativas diminutivas extraorçamentárias são variações que independem do orçamento e provocam diminuição do PL. Elas são subdivididas em:
• Insubsistência do Ativo – por exemplo, cancelamento de dívida ativa; e
• Superveniência do Passivo – por exemplo, impacto adverso cambial de dívida passiva em moeda estrangeira
No esquema gráfico abaixo, teremos os impactos que são gerados pelas variações quantitativas diminutivas extraorçamentárias:

	A =	P +	PL
Insubsistência do Ativo	↓		↓
Superveniência do Passivo		↑	↓

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) adota o seguinte posicionamento acerca do assunto:

Fato Contábil	Posicionamento da STN	Conclusão
Insubsistência ativa	Insubsistência do Passivo	Uma obrigação da entidade deixou de existir. Isso é bom para o Patrimônio.
Insubsistência passiva	Insubsistência do Ativo	Um bem ou um direito deixou de existir. Isso é ruim para o Patrimônio.
Superveniência ativa	Superveniência do Ativo	Um bem ou um direito surgiu. Isso é bom para o Patrimônio.
Superveniência passiva	Superveniência do Passivo	Uma obrigação surgiu. Isso é ruim para o Patrimônio.

86

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. A padronização do PCASP otimizou o processo e a consolidação é realizada no:
(A) 5º nível, subtítulo.
(B) 1º nível, classe.
(C) 2º nível, grupo.
(D) 4º nível, título.
(E) 3º nível, subgrupo.

Letra a.

Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo com a adequada elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações a serem incluídas ou excluídas na consolidação: "a utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial."
Conforme esse mecanismo, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito 2 – intra OFSS. Vale ressaltar que os saldos que são segregados são os de contas de natureza patrimonial.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EGBERT BUARQUE

87

A empresa XYZ apresentou índice de liquidez corrente igual a 0,5 em 2020. Ao final de 2021, o mesmo índice evoluiu para 0,8. Entre as alternativas a seguir, indique aquela que não justifica tal aumento.

(A) Obtenção de empréstimo para pagamento no longo prazo.
(B) Reclassificação de dívida do curto para o longo prazo.
(C) Aquisição de ativo imobilizado com pagamento à vista.
(D) Venda de mercadorias com lucro.
(E) Integralização de capital por meio de equipamentos a serem utilizados nas atividades da empresa.

Letra c.

A aquisição de ativo imobilizado com pagamento à vista reduz as disponibilidades (ativo circulante) e aumenta o ativo não circulante. Considerando que o passivo circulante não foi alterado nessa operação, teremos uma redução do índice de liquidez corrente.

88

A respeito da análise por indicadores, assinale a alternativa incorreta.

(A) O índice de liquidez corrente permite uma análise de estrutura.
(B) Os índices de análise vertical de empresas de setores diferentes podem ser comparados sem prejuízo para a análise.
(C) A análise horizontal permite avaliar a evolução de determinado componente ou de determinado índice ao longo do tempo.
(D) A análise das demonstrações contábeis representa uma técnica contábil.
(E) A análise vertical da demonstração do resultado do exercício permite avaliar as receitas mais significativas na formação do resultado da empresa.

Letra b.

A comparação de índices de empresas que atuam em setores diferentes prejudica a análise, pois cada setor possui seus próprios parâmetros de referência para os índices de análise das demonstrações contábeis.

89

A empresa XYZ apresentou índice de liquidez imediata igual a 1,2 e de liquidez corrente igual a 2,0. Sabendo que o ativo circulante dessa empresa é composto apenas pelo seu caixa e estoques, é correto afirmar que:

(A) as disponibilidades são insuficientes para honrar as obrigações de curto prazo.
(B) os estoques representam 80% do passivo circulante.
(C) o saldo dos estoques supera o das disponibilidades.
(D) os estoques representam menos de 50% das disponibilidades.
(E) os estoques representam 90% do passivo circulante.

Letra b.

Atribuindo valores, temos:
Passivo circulante = 100
Caixa = 120
Estoques = 80
A partir destes valores, verifica-se que os índices de liquidez informados no enunciado são atendidos.
Portanto, verifica-se que os estoques representam 80% do passivo circulante (80/100 = 0,80).

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
MANUEL PIÑON

90

No que diz respeito à classificação da despesa orçamentária, marque a alternativa correta.

(A) Os programas, dentro da classificação por estrutura programática, são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de uma ação.
(B) As ações dos governos estão estruturadas em programas orientados para a realização dos objetivos definidos no Plano Plurianual.
(C) A unidade orçamentária corresponde ao terceiro nível hierárquico da classificação institucional.
(D) A sub função corresponde a uma das segregações da classificação funcional e quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, saneamento e previdência social.
(E) Os programas, dentro da classificação por estrutura programática da despesa orçamentária, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

Letra b.

Vamos analisar as alternativas e marcar a correta.
(A) Errado, já que são as ações, dentro da classificação por estrutura programática, as operações das quais resultam produtos, sejam bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

(B) é essa! É verdade sim, que todo o planejamento do Governo está estruturado em programas que visam atingir os objetivos definidos no PPA.
(C) Errado, já que a unidade orçamentária corresponde ao segundo nível hierárquico da classificação institucional, sendo o primeiro o órgão orçamentário.
(D) Errado, já que é a função que corresponde a uma das segregações da classificação funcional e que se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, saneamento e previdência social.
(E) Errado, já que são as ações, dentro da classificação por estrutura programática da despesa orçamentária, que podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

91

A Lei Geral do Direito Financeiro e dos Orçamentos Públicos (Lei n. 4.320/1964) foi promulgada antes do CTN – Código Tributário Nacional, sendo o ato de lançamento definido na referida Lei essencialmente diferente, tanto em forma como em substância, do procedimento de lançamento definido no CTN. Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal n. 4.320/1964, o lançamento da receita é:

(A) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar somente a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(B) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(C) ato da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
(D) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.
(E) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.

Letra c.

A Lei n. 4.320/1964, em seu artigo 53, deixa claro que o lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Confira:

> **Art. 53.** O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

92

Acerca dos estágios da receita e da despesa orçamentária, marque a alternativa correta.

(A) O lançamento de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
(B) O empenho global corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
(C) A realização da receita se dá em três estágios: previsão, lançamento e recolhimento.
(D) A etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.
(E) O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

Letra d.

Guarde que a etapa do planejamento abarca a análise para a formulação do plano e ações governamentais que servirão de base para a fixação da despesa orçamentária, a **descentralização/movimentação de créditos**, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação e contratação. Assim, a alternativa correta é a letra D.
Vamos apontar os erros das demais alternativas.
(A) Errado, já que o lançamento precede as etapas de arrecadação e recolhimento.
(B) Errado, já que alternativa trouxe o conceito de empenho estimativo, e não global.
(C) Errado, já que os estágios da realização da receita são 4: previsão, lançamento, **arrecadação** e recolhimento.
(E) Errado, já que a alternativa trouxe o conceito de arrecadação.

93

Acerca das competências legislativas dos entes federados para criarem seus orçamentos, marque a alternativa correta.

(A) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
(B) O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em caso de relevante interesse público, podem ser alterados por medida provisória.
(C) O Congresso Nacional, através de resolução, pode delegar competência ao Presidente da República para legislar sobre orçamentos.
(D) A iniciativa das leis orçamentárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
(E) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.

Letra e.

Sim, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento, conforme dispõe o artigo 24, inciso II, da CF/1988. Confira com nossa grifada:

> **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> II – orçamento.

Vamos apontar as falhas das demais alternativas:
(A) Errado, já que isso vale para a LDO e não para a LOA.
(B) Errado, já que, na verdade, trata-se de uma exceção, **pois, mesmo em caso de relevante interesse público, <u>não</u> se pode editar medida provisória sobre PPA, LDO e LOA**, conforme disposto na CF/1988. Confira:

> **Art. 62.** Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
> § 1º É **vedada** a edição de medidas provisórias sobre matéria.
> d) **planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento** e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º.

A mencionada exceção (artigo 167, § 3º") refere-se apenas aos créditos extraordinários.
(C) Errado, uma vez que tal competência, em verdade, já é do Presidente.
(D) Errado, já que cabe ao Poder Executivo.

94

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da LOA - Lei Orçamentária Anual, marque a alternativa correta.

(A) as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa com pessoal e encargos sociais, mesmo em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(B) o dispositivo que autorize o cancelamento de restos a pagar não processados ao final do exercício, caso não haja disponibilidade de caixa, estará contido na Lei Orçamentária Anual.
(C) o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes no Anexo de Riscos Fiscais.
(D) o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
(E) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Letra e.

Para acertar essa questão, é necessário ter em mente o artigo 166, § 8º, da nossa CF/1988. Confira com grifos nossos:

> "Os **recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição** do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante **créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa".**

Vamos agora apontar as falhas das demais alternativas:
(A) Errado, já que, na verdade, admitem-se as emendas ao Projeto de LOA, desde que cumpridos os seguintes requisitos, previstos no artigo 166, § 3º, da nossa CF/1988:

> As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:
> I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
> II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;
b) serviço da dívida;
c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou
III - sejam relacionadas:
a) com a correção de erros ou omissões; ou
b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

(B) Errado, já que agride o princípio da Exclusividade, segundo a qual a LOA não pode conter dispositivo estranho à fixação de Despesas e Previsão de Receitas.
(C) Errado, já que, na verdade, o PLOA deve **conter em anexo** demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Riscos Fiscais.
(D) Errado, já que, na verdade, não consta essa margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Além disso, na CF/1988, temos também que "o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia", como informa o seu artigo 165, § 6º.

95

De acordo com a nossa Carta Magna, no *caput* de seu artigo 169, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Assim, a LRF, em seu artigo 19, fixou os limites totais de despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação e com base na receita corrente líquida, sendo esse limite de 60% da referida receita para Estados e Municípios. Na verificação do atendimento dos limites definidos nesse artigo, relativamente ao Distrito Federal, não serão computadas as despesas de organização e de manutenção:

(A) da Defensoria Pública, da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
(B) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia civil e do corpo de bombeiros militar.
(C) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia civil e da polícia militar.
(D) do Ministério Público, da Defensoria Pública, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
(E) do Ministério Público, da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.

Letra e.

Essa questão, para ser resolvida, depende do conhecimento de dispositivos específicos da LRF, mas também da CF/1988.
Abaixo o trecho da CF/1988, reproduzido com grifos nossos:

> **Art. 21.** Compete à União:
> ...
> XIII - **organizar e manter** o Poder Judiciário, o **Ministério Público do Distrito Federal** e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;
> XIV - **organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal,** bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Abaixo o trecho da LRF, reproduzido com grifos nossos:

> **Art. 19**, § 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, **não** serão computadas as despesas:
> V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos **incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição** e do art. 31 da Emenda Constitucional no 19.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO
MANUEL PIÑON

96

Acerca dos agregados econômicos e monetários, marque a alternativa correta.

(A) Alterar o compulsório sobre depósitos à vista implicará a criação de moeda.
(B) Um aumento do PIB real reduzirá a demanda por moeda.
(C) Um aumento do nível de preços reduzirá a demanda por moeda.
(D) Aumentar a taxa de juros dos títulos públicos do tesouro nacional reduzirá a demanda por moeda.
(E) O multiplicador monetário é igual à razão entre a base monetária e os meios de pagamento.

Letra d.

Tenha em mente que, como a demanda por moeda varia inversamente com a taxa de juros, quanto maior for a taxa de juros dos títulos, maior é o prêmio para que o agente econômico "abra mão" de liquidez e adquira estes títulos. Seguindo essa premissa, aumentar a taxa de juros (remuneração) desses títulos faz com que eles sejam mais atrativos e os agentes "abram mão" de moeda para adquiri-los.
Vamos apontar os erros das demais alternativas:
(A) Errado, já que pode tanto criar como destruir e a afirmativa não especifica a direção da alteração. Perceba que, se houver elevação do compulsório sobre os depósitos à vista, cai o efeito do multiplicador de moeda.

(B) Errado, já que, na verdade, a demanda por moeda varia diretamente com a renda, ou seja, quanto maior o PIB, maior será a demanda dos agentes econômicos por moeda para aquisição de bens e serviços.
(C) Errado, já que um aumento do nível de preços faz aumentar a demanda por moeda, uma vez que os agentes passam a necessitar de mais moeda para comprar a mesma cesta de bens e serviços.
(E) Errado, já que, na verdade, é o inverso, ou seja, o multiplicador monetário (m) é a razão entre meios de pagamento e base monetária.

97

Considerando-se uma economia cuja renda líquida recebida do exterior é igual a depreciação, podemos afirmar que:
(A) Produto Interno Líquido > Produto Interno Bruto.
(B) Produto Nacional Bruto > Produto Nacional Líquido.
(C) Produto Nacional Bruto = Produto Nacional Líquido.
(D) Produto Interno Bruto = Produto Nacional Líquido.
(E) Produto Interno Bruto > Produto Nacional Bruto.

Letra d.

Importante registrar que, se uma economia recebe renda líquida do exterior, seu produto nacional é maior que seu produto interno, como é o caso normalmente das economias maduras que recebem mais renda do que enviam.
O produto interno bruto não exclui do seu cálculo o valor referente à depreciação, ao passo que exclui os valores referentes à renda líquida recebida exterior, e, no caso do produto nacional líquido, tem-se o contrário: a depreciação é deduzida do valor, enquanto a renda líquida recebida do exterior é computada.
Como os valores da renda líquida recebida do exterior e da depreciação são iguais, podemos perceber que eles se compensam e temos a seguinte relação: Produto Interno Bruto = Produto Nacional Líquido. No primeiro, computa-se a depreciação, mas não se computa a Renda Líquida Recebida do Exterior, ao passo que no segundo ocorre o inverso.

98

Marque a alternativa que representa a falha de mercado relativa a setores cujo processo produtivo se caracteriza pelo fato de os custos unitários declinarem conforme o aumento da quantidade produzida.
(A) Assimetrias informacionais.
(B) *Free riders* na utilização de bens públicos.
(C) Externalidades positivas.
(D) Monopólios naturais.
(E) Mercados incompletos.

Letra d.

Note primeiro que, em todas as alternativas, temos exemplos de falhas de mercado.
Em um segundo momento, note que, somente na alternativa D (monopólios naturais), podemos fazer uma relação entre a alternativa e o fato de os custos unitários declinarem conforme o aumento da quantidade produzida.
A ideia do monopólio natural é a de "naturalmente" tal mercado tende ao monopólio, já que uma firma atendendo toda a demanda conseguirá fazê-lo a um custo médio menor do que aquele que vigoraria se mais de uma firma competisse nesse mercado.

99

Acerca de um mercado competitivo, marque a alternativa correta.
(A) O custo marginal é igual ao custo variável médio.
(B) O preço pode ser diferente do custo variável médio.
(C) O custo marginal é sempre constante.
(D) O preço é igual ao custo marginal somente no longo prazo.
(E) O lucro é zero com qualquer número de empresas.

Letra b.

Em um mercado competitivo, o preço pode ser diferente do custo variável médio, ou melhor, não só pode como deve!
Se o preço for igual ao custo variável médio, a firma estará exatamente naquele ponto em que é indiferente entre produzir ou apenas deixar de produzir e pagar os custos fixos. Assim, tudo que se espera é que o preço seja superior ao custo variável médio, para que valha a pena produzir.
Vamos comentar as demais:
(A) Errado, já que o custo marginal só é igual ao custo variável médio no ponto de mínimo desse e a firma só produzirá a partir desse ponto. A firma cessará a produção no ponto em que o custo marginal se iguale ao preço.
(C) Errado, já que num mercado competitivo existe a ausência de qualquer poder de mercado, o que nada tem a ver com a estrutura de custos da firma, podendo o custo marginal ser constante ou não.
(D) Errado, já que na concorrência perfeita, como a firma é tomadora de preços (não consegue afetá-lo), o preço é a própria receita marginal e isso faz com que a igualdade entre preço e custo marginal seja a condição de maximização de lucro. Assim, tal condição é válida em qualquer tempo, no curto ou no longo prazo.
(E) Errado, já que o lucro é zero apenas no longo prazo. A condição de livre entrada e saída das firmas no longo prazo faz com que mais firmas sejam atraídas ao mercado se este estiver proporcionando lucro econômico positivo. Assim, no longo prazo, a oferta global do setor aumentaria, de maneira que o preço se reduziria e o lucro

econômico cessaria. O raciocínio inverso é válido para um mercado em que as firmas estejam tendo prejuízo. Mas repare que nada impede que o lucro seja positivo ou negativo no curto prazo e que o número de firmas é justamente o que anula o lucro de longo prazo.

100

Em relação às estruturas de mercado, é correto afirmar que:

(A) a maximização de lucros de uma empresa monopolista é alcançada em um ponto da curva de demanda em que o preço é maior que o custo marginal.
(B) não existem monopólios naturais puros, apenas aqueles que são permitidos pela legislação do país em que estão sediados.
(C) no oligopólio, há um grande número de pequenas empresas oferecendo produtos heterogêneos.
(D) na concorrência monopolista, há um pequeno número de grandes empresas que oferecem produtos homogêneos.
(E) na concorrência perfeita, o equilíbrio da firma se dá quando o preço de mercado é igual ao custo marginal da enésima unidade, e o médio está decrescendo.

Letra a.

A maximização de lucros de uma empresa monopolista é alcançada em um ponto da curva de demanda em que o preço é maior que o custo marginal, já que a curva de receita marginal está abaixo da curva de demanda (receita média) e é essa que define o preço e, então, o custo marginal cruzará com a curva de receita marginal abaixo do preço.

Vamos comentar as demais alternativas:

(B) Errado, já que é claro que existem! É razoável supor que o abastecimento de água numa pequena cidade, por exemplo, seja um monopólio natural puro, afinal, dados os custos fixos elevadíssimos e o baixo valor do custo marginal, é mais eficiente que apenas uma empresa atue no mercado.

(C) Errado. Existem modelos de oligopólio para produtos heterogêneos, mas, em regra, estamos falando de produtos homogêneos. De qualquer forma, o que de fato caracteriza a afirmativa como errada é que temos, em oligopólio, um pequeno número de grandes empresas.

(D) Errado, já que na concorrência monopolista temos um grande número de pequenas empresas oferecendo produtos que são substitutos muito próximos, mas que não são homogêneos.

(E) Errado. Embora, na concorrência perfeita, o equilíbrio se dê com igualdade entre preço e custo marginal, já que o preço é a própria receita marginal, não necessariamente o custo médio está decrescendo. A tendência é justamente o contrário: que esteja crescendo.